

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE
PRUDENTE/SP**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Aline Alves de Oliveira Moraes
Daiane Lima de Amorim
Mara Lúcia de Oliveira Lacerda
Sônia da Silva Dias

Presidente Prudente/SP
2015

**CENTRO UNIVERSITÁRIO ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO DE PRESIDENTE
PRUDENTE/SP**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Aline Alves de Oliveira Moraes
Daiane Lima de Amorim
Mara Lúcia de Oliveira Lacerda
Sônia da Silva Dias

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Serviço Social, sob orientação da
Professora Elizabeth Soares Pinheiro
Lourenção.

Presidente Prudente/SP
2015

**A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE ATUAÇÃO PARA O ASSISTENTE SOCIAL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Trabalho de conclusão de curso aprovado
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.

Prof^a. Elizabeth Soares Pinheiro Lourenção
Orientadora

Prof^a. Alicia Santolini Tonon
1º Examinador

Heloisa dos Santos Martins de Oliveira Silva
2º Examinador

Presidente Prudente, _____ de _____ de 2015.

“Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda”

Paulo Freire

Nossa caminhada nem sempre é tão simples, às vezes passamos por alguns obstáculos que precisamos superá-los e para isso precisamos de pessoas muito especiais que estejam sempre de braços abertos para nos ajudar, dar seu apoio e carinho. Deste modo, foram muitas pessoas que possibilitaram e contribuíram para a conclusão deste trabalho. Contribuíram sob as mais diversas formas, com orientações, informações, transferências de conhecimento e experiência, tempo, proximidade, calor humano, simpatia, estímulo e, não raras vezes, uma imensa dose de paciência e tolerância. A todos, expressamos aqui nosso muito obrigado. Principalmente, a nossa família, pela paciência, incentivo e ajuda mesmo em nossos inúmeros momentos de ausência de nosso convívio.

AGRADECIMENTOS

Hoje vivo uma realidade de um sonho conquistado, mas para isso foi preciso determinação, paciência, perseverança e fé, para chegar até aqui, nada disso seria possível sem ajuda de Deus, pois acredito que tudo na vida é permissão Dele, agradeço a Deus por ter me dado força quando passei por momentos tão delicados na minha vida durante o período acadêmico, e o que me motivou seguir em frente e não desistir foi o desejo de vencer.

Minha eterna gratidão àqueles que me incentivaram e me deram força ao longo da caminhada e colaboraram para que meu sonho se tornasse real, em especial dedicação ao meu querido esposo Junior que foi de muita importância para mim ao longo desses quatro anos e meio, obrigada por ter cuidado tão bem do nosso filho enquanto eu estava ausente.

Também agradeço ao meu pai a minha mãe que sempre tem orgulho de falar que sou sua filha, a minha querida sogra e sogro que tanto me incentivou a fazer uma faculdade, e pelas as orações ao meu favor, agradeço pelas preocupações que tiveram para que não deixasse de estudar.

Ao meu filho Kaique, de coração meu amor desculpa por você ainda tão pequeno ter que sentir a falta da mamãe todas as noites e eu quantas vezes tive que criar estratégias só para não te ver chorar.

As minhas amigas de classe em especial Josiane, Mara, Sônia, Daiane a quem aprendi a amar, obrigada por todos os momentos em que fomos estudiosas, brincalhonas, fotógrafas e cúmplices.

Não poderia de deixar de agradecer nossa querida e maravilhosa orientadora Elizabeth pela sua competência na orientação que tornaram possível a realização deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço também todos que de certa forma acreditaram no meu potencial, por ter conseguido chegar até aqui, agradeço por terem me feito a vontade de sentir que sou capaz, e tenho a certeza que venci os meus desafios.

Assim encerro meus agradecimentos com a seguinte frase de Mahatma Gandhi: “Nas grandes batalhas da vida, o primeiro passo para a vitória é o desejo de vencer”.

Aline Alves de Oliveira Moraes

Agradeço primeiramente a Deus, por me encorajar nas horas mais difíceis e me fortalecer para que não desistisse, iluminando meu caminho por esses quatro anos para que eu conseguisse passar por mais essa etapa da minha vida.

Aos meus pais Antonio e Antonia, pelo amor, e apoio absoluto, “amo vocês”.

A esta universidade, e principalmente seu corpo docente por me proporcionar ensinamentos únicos, me tornando uma pessoa com uma visão diferente de quando iniciei minha vida acadêmica.

Agradeço também as amizades que foram conquistadas ao longo do tempo, em especial Sônia, Mara e Aline, obrigada por muitas vezes aguentar meu mau humor, mas sei que também fiz vocês rirem muito com minhas palhaçadas, muito obrigada por tudo e que sejamos eternas amigas.

A minha orientadora, Mestre Elizabeth, pela atenção, suporte, correções e incentivos.

A minha supervisora de estágio Heloisa, a quem devo todo meu aprendizado fora da Universidade, pois seus ensinamentos foram além da profissão, mas também para a vida.

Ao meu namorado Elias, pelo apoio incondicional, pelas palavras incentivadoras e principalmente por ter tido paciência nos meus momentos de nervosismo e ansiedade.

À equipe de Assistentes Sociais da SACE- Setor de Ações Complementares a Educação, Maria Suely, Pablo, Regina, Rita, Solange e Solange Ferreira, que nos forneceu informações muito importantes para realização deste trabalho.

E, finalmente, a todos que direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, muito obrigada a todos.

“As verdadeiras conquistas, as únicas de que nunca nos arrependemos, são aquelas que fazemos contra a ignorância”.
Napoleão Bonaparte

Daiane Lima de Amorim

Primeiramente agradeço a Deus, aquele que foi o principal responsável por não me fazer desistir nos momentos difíceis, nos momentos de fraqueza, angústia, incertezas, podia ouvir e sentir o Senhor me dizendo: Vai! Você pode! Você consegue! Você é capaz! E hoje estou aqui meu Pai, fazendo meu agradecimento por tudo isso.

Agradeço aos meus pais José Moreira e Maria de Souza (in memoriam), que apesar dos senhores não estarem presentes em corpo, podia sentir a presença de vocês, sempre me iluminando e abençoando. Sei que vocês estão orgulhosos de sua filhinha caçula e me recordo como queriam que eu estudasse quando pequena, e agora veio o resultado, gostaria muito que estivessem comigo nesse momento, mas sei que estão olhando por mim aí do céu. Amo vocês.

Agradeço ao meu esposo Gisley, por esses vinte e dois anos de casados e principalmente nesses quatro anos de faculdade, pois muitas vezes não lhe dei a atenção necessária, sempre preocupada com o curso, mas você soube entender e me incentivar.

Não poderia deixar de agradecer aos meus irmãos Maria José, Maria Aparecida, Francisco e Carlos Roberto, aos meus sobrinhos, cunhados, afilhados, toda a minha família que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos.

Obrigada em especial às minhas amigas e companheiras de curso Sônia, Daiane, Aline, pois sem a ajuda e compreensão de vocês tudo seria mais difícil, amizade que guardaremos para sempre.

Agradeço também a todos os colegas de sala, que me proporcionaram momentos de alegria e aprendizagem.

Obrigada a todos os professores em especial minha orientadora Elizabeth por esses anos de dedicação, me proporcionando conhecimento e formação crítica.

Muito obrigada a todos, que nessa minha jornada, direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Mara Lúcia de Oliveira Lacerda

Agradeço primeiramente a DEUS, por ter me dado a dádiva da vida, força psicológica e muita fé, pois sem ele nada disso teria sentido ou valor, por eu ser uma pessoa que insiste nos sonhos e vai até o fim para alcançar os objetivos, mesmo que muitas vezes esses caminhos sejam tortuosos e difíceis, mas compensadores.

Agradecer a minha querida Mãe (Jacobina Ribeiro) por ter me dado a vida, por mais incerto que seja nosso futuro, sempre seremos quem vocês nos ensinaram a ser, pela mulher mais guerreira do mundo na criação de seus filhos, e que foi de suma importância na minha educação. Ao meu Pai Arnaldo D.Santana(in memoriam) que não está mais presente, mas que mora em meu coração tenho certeza de que no dia da minha formatura você não estará sentado no auditório, mas estará comemorando de forma muito especial, dentro do coração de quem o ama, afinal tudo começou com vocês, neste momento em que as palavras nos fogem, é a vocês amados pais que queremos agradecer do fundo do coração por ter nos ensinado que vale a pena acreditar e lutar por nossos sonhos. Obrigado por tudo Mãe, está honra é sua!!!!

*Agradecer aos meus irmãos e dizer que seria impossível uma família com tanta gente não ter opiniões e pensamentos diferentes, mas hoje acho que isso não mais importa isso nos completa, e não impede de nos amarmos mutuamente. Agradeço todos os dias a Deus pela família que tenho, e não acho que mereço nem mais nem menos, cada um tem sua peculiaridade que me faz aprender sempre algo diferente. A minha irmã Luci Mara que teve um papel fundamental em nossa família, a minha Irmã Suze, a minha irmã Tânia que muitas vezes esteve do meu lado se mostrando uma grande companheira, ao meu irmão Marcos, em especial meu irmão Fernando que sempre foi muito importante para mim, meu porto seguro, companheiro, meu confidente fiel, cuidaste de mim e da minha filhas sempre, lembre-se que você nunca estará sozinho pois eu estarei aqui sempre para você, que tenho muito orgulho,e agradecer por tudo que você significa em minha vida .
Agradecer a toda minha família!*

Agradecer as minhas filhas Denise e Renata que eu amo muito e que nada faria sentido se não tivesse vocês na minha vida. Amar é caminhar lado a lado, mesmo estando distante. É querer compartilhar tudo, apesar de nem tudo poder ser

compartilhado. Durante esta corrida desenfreada em busca de um sonho, vocês ficaram sem a minha presença, mas vocês sempre tiveram a certeza de onde poderiam me encontrar. Ao chegar ao fim desta jornada é com vocês que quero compartilhar esta conquista e dizer muito obrigada por fazerem parte da minha vida. Vocês são a minha base, meu alicerce, essa conquista é nossa. E, ao grande amor da minha vida, minha neta Raissa e meu neto Miguelzinho.

Ao meu companheiro Edson pelo total empenho que teve nesse meu processo de formação na dedicação, preocupação e cuidado com nosso filho Júnior que é meu tesouro. Filho, perdão por minha ausência, na tentativa de semear, na esperança de dias melhores vocês tiveram que adequar à vidinha de vocês. Muitos foram os momentos em que meu cansaço e preocupação foram divididos com vocês, que me deram força para vencer os obstáculos e me incentivaram a prosseguir, e souberam, entender minha ausência, o momento que vivo agora é fascinante e só existe porque vocês se doaram em silêncio e aceitaram viver comigo o meu sonho. Ao Leonardo que é tão especial para mim, e importante para nossas vidas. Para vocês, ofereço a minha vitória.

As minhas queridas amigas Mara Lúcia Lacerda, Daiane Amorim, Aline e que enfim chegaria mesmo um dia em que seria preciso acabar, em que cada um seguiria seu caminho. E todos sabiam que, neste dia, a separação nos faria sorrir e chorar ao mesmo tempo. Que bom será se, de tantas gargalhadas, de tantas conversas e de todas as cervejas compartilhadas nestes anos, ficar a certeza de que, quando necessário, voltaremos a nos falar. Não só para retomar a alegria do tempo de estudantes e sonhadoras, mas para sentir que a alegria e o sonho resistiram, apesar do tempo e dos possíveis tropeços. Valerá a pena ver que o brilho no olhar permaneceu intacto e que os caminhos, mesmo diferentes, podem voltar a se cruzar. Aos nossos colegas que sabemos amigos, até breve. Aos nossos amigos que sabemos irmãos, não existe adeus...

Agradecer aos meus Mestres, aqueles que nos transmite os conhecimentos, alguém iluminado por Deus e dotado de toda uma sensibilidade especial, que o diferencia de outras pessoas. “O crescimento do ser humano depende do alicerce em que ele está apoiado e foram quatro anos de buscas constantes, apelos, sorrisos, lágrimas, ilusões, apoio e críticas, que conseguiram fazer de nós pessoas com outro olhar para o mundo”. A vocês, que conseguiram

modificar os nossos pensamentos e lançar uma nova semente em nossos ideais, o nosso agradecimento e respeito por todos os momentos que compartilhamos.

Enfim, agradecer aos meus amigos que ficaram tanto tempo esperando nossas visitas que nunca aconteceram, que se acostumou com nossos “parabéns” atrasados, que aceitaram tantos “hoje eu não posso ir”, sem questionar, que estiveram sempre disponíveis quando nosso tempo para eles era tão limitado, em especial uma amiga de longa data que desde a minha infância acreditou que a gente só poderia mudar a nossa história através do nosso estudo. Demorou, mas esse dia chegou e com você que também quero compartilhar essa minha alegria minha amiga Lucídia para mim Lucinha obrigada!

A minha querida orientadora de TCC Elizabeth Soares Pinheiro Lourenção, por suas valiosas contribuições acadêmica, como professora e pesquisadora. Mas também pela pessoa generosa e sensível que é sempre capaz de nos surpreender com sua consideração e carinho.

Enfim, agradecer a todos que de certa forma direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação em todo processo da minha vida, aqui deixo o meu muito obrigado a todos.

*“Mas é preciso ter manha
É preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
“De ter fé na vida...”*

Milton Nascimento

Sônia da Silva Dias

RESUMO

O intuito deste trabalho de conclusão de curso é realizar uma discussão sobre a atuação e as contribuições do Serviço Social na educação. Este trabalho é fruto de inquietações pertinentes a conhecer os fatores que dificultam o processo de implantação do Serviço Social na política de educação, a fim de analisar quais os desafios que estão postos na contemporaneidade para que o Serviço Social seja inserido no sistema educacional no município de Presidente Prudente. A inserção do Serviço Social na educação tem como objetivo consolidar ações e atividades em um plano pedagógico e educacional que visam à atenção tanto ao educando quanto ao trabalho com seus familiares, salvo que o Serviço Social com seu caráter crítico e interventivo vem tentando ampliar sua atuação em todos os espaços que incidem as disparidades da questão social considerando que é uma profissão que vem enfrentando barreiras pelo desafio de conquistar seu espaço no sistema educacional, principalmente ao que se diz respeito ao direito à educação que tem sido como um direito garantido por lei seja na Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Direitos que precisam ser percebidos por todos os profissionais que trabalham no sistema educacional, garantindo o completo desenvolvimento da criança e do adolescente, colaborando em sua formação para o exercício da cidadania. O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica pertinente ao tema e uma pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Educação no município de Presidente Prudente-SP, junto às assistentes sociais e educadora de saúde. Diante da pesquisa realizada, foram verificados que são amplos os desafios encontrados para a implantação do Serviço Social na Escola, sendo relevante sua atuação no enfrentamento da questão social, buscando a garantia do acesso e permanência do aluno no ensino educacional com qualidade e visando a emancipação do cidadão.

Palavras-Chave: Educação. Serviço Social. Questão social.

ABSTRACT

The purpose of this course conclusion work is to conduct a discussion on the role and contributions of social work education. This work is the result of relevant concerns to know the factors that hinder the social service deployment process in education policy in order to analyze what challenges are set in contemporary times so that social work is inserted into the educational system in the municipality of Presidente Prudente. The inclusion of social work in education aims to consolidate actions and activities in a pedagogical and educational plan aimed at much attention to educating as to work with their families, except that the Social Services with their critical and intervening character has been trying to expand its operations in all areas that affect the disparities of social issues considering it is a profession that is facing hurdles the challenge to conquer its place in the educational system, especially when it concerns the right to education that has been as a right guaranteed by law is the Federal Constitution of 1988, the Statute of Children and Adolescents and the Law of Guidelines and Bases of National Education. Rights that need to be perceived by all professionals working in the education system, ensuring the full development of children and adolescents, collaborating on their training to citizenship. The study was conducted by a relevant literature to the subject and a field survey in the Municipal Department of Education in the city of Presidente Prudente-SP, together with the social workers and health educator. Before the survey, were found which are large challenges encountered in the implementation of social work at the school, being relevant his role in confronting social issues, seeking to guarantee the access and permanence of the student in educational teaching quality and aimed at emancipation citizen.

Keywords: Education. Social service. Social issue.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES, TABELAS E QUADROS

FIGURAS

Figura 1 – Mapa de Presidente Prudente-SP.....	62
Figura 2 – Evolução da população no município.....	63

TABELAS

TABELA 1 – Leis e decretos da política educacional e suas medidas.....	28
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 DA GÊNESE À CONTEMPORANEIDADE DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA.....	18
2.1 A Educação no Período Jesuíta.....	18
2.2 A Educação no Período Imperialista.....	22
2.3 A Educação no Período Republicano.....	24
2.4 A Educação no período da Ditadura.....	26
2.5 A Educação na Atualidade (ou contemporaneidade).....	28
2.6 Constituição Federal de 1988: um novo olhar para a Educação Escolar Brasileira.....	32
2.7 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394).....	32
2.8 A Política Nacional da Educação.....	37
2.9 Plano Nacional de Educação.....	39
2.10 A Educação em Tempos Neoliberais.....	44
3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	48
3.1 A Educação como Espaço Sócio-ocupacional para o Serviço Social.....	48
3.2 Educação e Desigualdade: Desafios para o Serviço Social.....	52
3.3 O Serviço Social e a Função Social da Escola em Tempos de Capital Fetice.....	56
3.4 A Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social na área da Educação.....	58
4 A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE.....	62
4.1 O Município de Presidente Prudente.....	62
4.2 Metodologia.....	64
4.2 Análise dos Dados.....	66
CONCLUSÃO	79
BIBLIOGRAFIA	81
APÊNDICES.....	87

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o Serviço Social na escola é uma questão que vem sendo abordada por parte do poder legislativo, não só de âmbito estadual, mas federal também, tendo em alguns estados brasileiros esse tipo de serviço implementado, e essa é uma discussão que sempre está presente não só no poder legislativo, na graduação, no Conselho Regional de Serviço Social – CRESS e até mesmo entre professores e funcionários da rede pública do ensino, logo um campo a ser explorado e discutido, contribuindo não só para os profissionais em Serviço Social, mas com toda a sociedade que está envolvida.

Dessa forma, para a realização do trabalho, foram levantados os seguintes questionamentos: De que forma o Assistente Social deve fazer parte para a ampliação da política educacional? Por que é importante a inserção do assistente social na identificação e intervenção de problemas sociais vivenciados no âmbito escolar?

A hipótese adotada neste estudo é de que a escola deve ser um ambiente agradável a criança, um lugar que a torne autônoma e crítica capaz de transformar o ambiente em que vive. A parceria entre professores, diretores são mais que necessária, pois a mobilização da escola juntamente com a intervenção do assistente social proporcionará tanto para a família quanto para o aluno, a importância da educação em sua vida possibilitando nunca perder os sonhos, a esperança de um futuro melhor, de novas oportunidades e desafios na busca por uma sociedade mais igualitária, tornando-se responsáveis por seus atos, construtores de ideias inovadoras, questionadores de sua realidade e participantes ativos de sua história, transformando-se em verdadeiros cidadãos.

O Assistente Social trabalhando com a família, educando, e com a equipe interdisciplinar, amplia e garante de fatos os direitos em prol de da minimização dos problemas sociais ao intervir com ações sócio educativas, palestras, projetos sociais, visitas domiciliares, encaminhamentos aos programas da rede.

Ao resguardar os direitos da criança e do adolescente previsto no ECA, e interagir com a comunidade/equipe pedagógica, é de extrema importância tendo em vista que os dois necessitam estar integrados na luta pela busca da cidadania

sendo peça fundamental para uma sociedade mais ativa e participativa em seus direitos já adquiridos.

Partindo deste contexto, o intuito deste trabalho de conclusão de curso é realizar uma discussão sobre a atuação e as contribuições do Serviço Social na educação.

Como objetivos específicos têm:

- a) Realizar pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão;
- b) Aprofundar conhecimentos sobre a intervenção do Assistente Social na Educação;
- c) Conhecer historicamente o Serviço Social Escolar no município de Presidente Prudente;
- d) Analisar e identificar os fatores que dificultam a implantação do Serviço Social nas escolas municipais de Presidente Prudente.

É relevante a discussão sobre a atuação do Assistente Social na escola, devido à dificuldade dos docentes em exercer seu trabalho como deve ser de fato, tornando-se impotentes, passam a ser alvos de críticas e responsabilizados pelas falhas existentes, em virtude dos problemas sociais que refletem na educação.

Conforme ressaltado por Dadalt (2013), o assistente social pela sua formação especializada consegue identificar as demandas presentes no espaço escolar, as quais os profissionais da educação não conseguem perceber além do que está posto. Sendo assim, o assistente social surge como uma necessidade urgente de atender a essas demandas complexas, proporcionando uma melhora no processo educativo e contribuindo para que a educação seja uma prática de inclusão social, e com isso, trabalhar junto à escola, possibilitando formar pessoas mais críticas, conscientes e passíveis de sua própria e história.

Assim, a possibilidade da atuação do assistente social na educação é trabalhar junto com os profissionais da educação e a equipe interdisciplinar, identificando as problemáticas sociais vividas pelos discentes com a finalidade de construir alternativas para responder a todas as demandas, refletindo assim, um melhor enfrentamento da vida na escola, onde lhes serão garantidos o direito à educação.

O trabalho foi realizado em duas etapas. Primeiramente foi utilizada a pesquisa bibliográfica para buscar fundamentações acerca do tema. Para atender aos objetivos propostos pelo presente estudo, na segunda etapa foi realizada uma

pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Educação no município de Presidente Prudente-SP, junto às assistentes sociais e educadora de saúde.

2 DA GÊNESE À CONTEMPORANEIDADE DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Conforme mencionado por Peta e Pereira (2013, p.03), existem diversas atribuições postas à educação, e que ela é um processo universal, que sempre esteve e está presente na vida do homem, do nascimento até a sua morte, sendo alterada conforme a cultura de seu povo, de sua sociedade e de seu país. Cada qual tem uma história de como “sua” educação se desenvolveu e se desenvolve, visto que é algo que está em constante mudança.

Partindo deste contexto, neste capítulo, será resgatado o desenvolvimento inicial da Educação Escolar no âmbito universal, para entender a Política Educacional brasileira.

2.1 A Educação no Período Jesuíta

Quando os jesuítas chegaram ao Brasil sua missão era catequizar os nativos, integrando-os a Igreja Católica contra-reformada, mas, no decorrer do tempo a tarefa de ensinar também foi assumida pela igreja.

A educação dispensada aos indígenas brasileiros tinha como objetivo inseri-los nos rituais cristãos e colonizá-los para que adotassem as regras e a organização social européia. Paiva (1982) afirma que assim que os jesuítas chegaram ao Brasil fundaram escolas e começaram a ensinar a ler, escrever, contar e cantar tendo como meta preparar cristãos para o ofício de ensinar e doutrinar também. Hilsdorf e Vidal (2001, p.51) relatam o discurso do padre Manuel Torres da Bahia, em 1558, sobre a finalidade de ensinar os índios:

A lei, que lhes não de dar, é defender-lhes de comer carne humana e guerrear sem licença do Governador, fazer-lhes ter uma só mulher, vestirem-se, pois têm muito algodão, ao menos depois de cristãos, fazê-los viver quietos sem se mudarem para outra parte, se não for para entre cristãos, tendo terras repartidas que lhe bastem [...].

Assim, o primeiro governador-geral Tomé de Souza conduziu os cinco membros jesuítas: “os padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Azpilcueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jácome” (CHICANGANA-BAYONA, 2011, p.193), que durante muitos anos foram os educadores do Brasil. Estes vieram

na Companhia de Jesus¹, e suas atividades procuravam alcançar, sobretudo, seus objetivos missionários.

Os representantes do governo português estavam convictos de que seria mais fácil submeter os índios às suas doutrinas para conquistar suas terras, se os portugueses se apresentassem em nome de Deus, abençoados, portanto, pela Igreja. Mediante o exposto, fica claro que o ensino jesuítico visava à obediência e a submissão dos indígenas.

Assim sendo, Mattos (1958, p.31 apud RIBEIRO, 2007, p.18) afirma:

Somente pela aculturação sistemática e intensiva do elemento indígena aos valores espirituais e morais da civilização ocidental e cristã, é que a colonização portuguesa poderia lançar raízes definitivas. Desde que aqui chegaram, implementaram e sistematizaram uma organização educacional, fundaram as casas e os centros de ação para a conquista das “almas perdidas”.

A ênfase na propagação da religião configurava-se em instrumento de domínio espiritual e propagação da cultura dos europeus, que foi se espalhando progressivamente pelo litoral, em primeiro lugar, e mais tarde adentrando as terras brasileiras.

Desta feita, a educação como uma forma de reprodução de valores culturais e religiosos europeus.

[...] os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: pregação da fé católica; significa dizer que procuravam salvar almas abrindo caminho para os colonizadores e o trabalho educativo. Assim sendo, ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a gramática, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus. Como “bons” educadores, entenderam também a língua tupi-guarani e elaboraram assim textos para a catequese; utilizava-se de estratégias várias para impressionar, atrair e cativar, com destaque para o teatro, os cantos e as danças (TEIXEIRA, 1988 apud SILVA, p.93).

Desta forma, “os jesuítas não estavam apenas catequizando, mas espalhando nas novas gerações a mesma fé, a língua e os costumes trazidos da cultura européia” (OLINDA, 2003, p.156). De acordo com a autora, a partir deste tipo de “educação”, a cultura indígena (não somente a língua e seus costumes), foi lentamente sendo substituída por outra cultura, ou seja, a dos colonizadores.

¹ A Companhia de Jesus foi fundada por Inácio de Loyola, em 1534, dentro do movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante. Seu principal objetivo era deter o avanço protestante em duas frentes: através da educação das novas gerações; por meio da ação missionária procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas (PILETTI, 1997, p.134).

Nesse período, sob o comando de Manuel da Nóbrega, é formada a primeira escola de “ler e escrever”, na cidade de Salvador. Os primeiros colégios e aulas de ensinar a ler e contar, criados pelos jesuítas em várias localidades do Brasil, que começaram pela cidade de Salvador eram mantidos com sacrifício mediante esmolas e donativos especiais, e a mão-de-obra nas construções que faziam incluía o esforço físico dos próprios religiosos, ajudados por índios e alguns colonos mais prestativos. Nas terras anexas às suas casas faziam plantações que forneciam parte do alimento necessário para a subsistência. De Portugal a Companhia procurava atender os pedidos de material de estudo – cadernos e livros, muito difíceis de obter na colônia. Somente em 1564, conseguiram auxílio oficial para manter o Colégio da Bahia (NISKIER, 1995, p.45-46).

Conforme exposto por Olinda (2003, p.156), nesses colégios e escolas foram implementadas duas categorias de ensino:

A instrução simples primária, as escolas de primeiras letras para os filhos de portugueses e dos índios; e a educação média, colégios destinados aos meninos brancos que formavam mestres em artes/bacharéis em Letras. Essa organização vai determinar os graus de acesso às letras, a uns mais, a outras menos. Nota-se, porém, que em todas as escolas era proibida a frequência de crianças negras, mesmo livres, até pelo menos o final da primeira metade do século.

Desde o princípio apresenta-se a exclusão no âmbito educacional não muito diferente dos dias atuais quando falamos de acesso e igualdade.

Além de Salvador (então capital do Brasil), foram construídos colégios em São Paulo, Rio de Janeiro, e, em 1600 e 1700, os jesuítas prosseguiram seus ensinamentos por todo o território brasileiro distribuídos em todas as capitanias (PILETTI, 1988).

Em 1759, segundo Piletti (1988), Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal, em seu governo estabeleceu medidas de centralizar e controlar o sistema de capitanias hereditárias². Elevou o Brasil à categoria de vice-reinado, transferiu a capital de Salvador para o Rio de Janeiro e expulsou os jesuítas do Brasil atribuindo-lhes intenções de opor-se ao controle do Governo Português; paralelamente, implantou uma política proibindo o uso da língua nativa impondo o uso exclusivo do português.

Ao serem expulsos em 1759, mantinham trinta e seis missões, escolas de ler e escrever em quase todas as povoações e aldeias por onde se espalhavam suas residências, além de dezoito estabelecimentos de ensino secundário entre colégios e seminários, localizados nos pontos mais importantes do Brasil: Bahia, São Vicente (depois, São Paulo), Rio de Janeiro, Olinda, Espírito Santo, São Luís, Ilhéus, Recife, Paraíba, Santos,

² Capitanias hereditárias: cada uma das divisões administrativas no período colonial do Brasil.

Pará, Colônia do Sacramento, Florianópolis (Desterro), Paranaguá, Porto Seguro, Fortaleza, Alcântara e Vigia (PILETTI; PILETTI, 2002, p.166).

A educação ao ampliar saberes e produzir conhecimentos passa a ser um risco para àqueles que se encontram no poder.

De acordo com Niskier (2011), no mesmo ano de expulsão dos jesuítas do Brasil, o Governo Português nomeou para o cargo de diretor geral dos estudos D. Tomás de Almeida, membro da Santa Igreja de Lisboa.

Os jesuítas tiveram seus bens confiscados, muitos livros e manuscritos importantes foram completamente danificados e outros incinerados; os seus colégios foram fechados e as missões destruídas. Assim, muitos índios ficaram abandonados à própria sorte, ao mesmo tempo em que grande parte deles voltou para suas aldeias (PILETTI; PILETTI, 2002).

Vale salientar que da expulsão até as primeiras providências tomadas para a reforma do sistema educacional transcorreu um lapso de 13 anos. Por conseguinte, essa reconstrução resultou em grande retrocesso em todo o sistema educacional brasileiro. O objetivo da Reforma Pombalina foi criar uma escola útil para o Estado, ao invés de recomendar uma política de trabalho escolar, pretenderam organizar-se, para que antes de servir aos interesses da fé, servissem às ordens da Coroa Real (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006).

A reforma pombalina gerou uma fragmentação do sistema educacional, que permitiu o sistema de aulas régias, aulas isoladas e dispersas, consentindo também que pessoas, quase sem instrução ministrassem aulas, fato que deixou a desejar em relação à aplicação e garantia dos aspectos pedagógicos.

De acordo com Piletti (1987), as aulas régias eram de latim, grego, filosofia e retórica. Cada aula régia constituía uma unidade de ensino, com professor único, instalada para determinada disciplina. Entretanto, desenvolvia-se com dificuldades em colégios dispersos, e não havia mais formação de mestres.

Do ponto de vista quantitativo, a parcimônia da administração régia, que em parte era atribuída à falta de mestres, mas também à insuficiência de recursos financeiros, explica-se igualmente pelos princípios que nortearam as reformas pombalinas. A esse respeito, Haidar e Tanuri (1998, p.60) registram que:

Todos os ideais liberais que os reformadores do século seguinte procuraram introduzir na educação portuguesa, tinham como objetivo superior criar a escola útil aos fins do Estado. E nesse sentido, ao invés de preconizarem uma política de difusão intensa e extrema do trabalho escolar, pretenderam

os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa.

No entanto, havia, ao mesmo tempo, uma tentativa de preservar e dar continuidade ao ensino jesuítico, pois alguns mestres, formados pela Companhia, continuavam seu magistério aplicando uma ação pedagógica, semelhante a dos jesuítas. Nesse período, surgem também escolas de carmelitas, beneditinos e franciscanos, tentando preencher o vazio deixado pela saída dos jesuítas (MACIEL; SHIGUNOV NETO, 2006).

É importante destacar que o missionário Padre José de Anchieta foi o fundador e primeiro professor do Colégio de São Paulo de Piratininga, em 25 de janeiro ano 1554.

De acordo com Niskier (1995), em (1772), foi assinada a Lei que estabelecia o Subsídio Literário, que consistia em cobrar uma taxa na venda de vinhos e outras bebidas, destinada a fornecer fundos para o Subsídio Literário, utilizado para pagamento dos mestres que dariam aulas régias aos alunos.

Este tipo de imposto, entretanto, não cobria as despesas e os professores passaram a não receber o seu pagamento por meses e até anos.

Aqui cabe uma análise, ainda que breve, sobre a não valorização das questões feitas à educação, a começar pelo não reconhecimento daqueles que se dedicam ao ensino, isto é: os professores. Constata-se, pois, que este “desvalor”, descaso e desrespeito para com aqueles que ensinam está fortemente impregnado na história da educação brasileira.

2.2 A Educação no Período Imperialista

No início do século XIX, o sistema de educação estava reduzido para o atendimento das necessidades do País. Esta situação só foi alterada com a chegada da Família Real:

Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil (1808) e com a Independência (1822), a preocupação fundamental do governo, no que se refere à educação, passou a ser a formação das elites dirigentes do país. Ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (PILETTI; PILETTI, 2002, p.145).

Em 1823, através de decreto de 1º de março, foi criada no Rio de Janeiro uma escola para trabalhar segundo o Método Lancaster; baseado na obra de Joseph Lancaster (Sistema monitoria, 1798), apenas um professor por escola.

A Constituição outorgada³ em 1824 limitou-se a estabelecer que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos” (art. 179).

A lei de 1827 determinou que deveria ser criadas escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugarejos, e escolas de meninas nas cidades mais populosas, mas nunca chegou a ser cumprida.

Durante todo o Império, pouco ou nada fez para a formação dos professores. Segundo a lei de 15 de outubro de 1827, eram vitalícios “os provimentos dos professores e mestres”, e que os que não estivessem capacitados deveriam “instruir-se em curto prazo, à custa dos seus ordenados, nas escolas das capitais” (XAVIER, 1992, p.54 apud ZOTTI, 2004, p.40).

As primeiras escolas normais foram criadas nas províncias da Bahia e Rio de Janeiro, na década de 1830, porém seus resultados foram poucos promissores, enfrentando dificuldade como: falta de professores qualificados e condições precárias de ensino (PILETTI; PILETTI, 2002, p.148).

No que diz respeito aos cursos superiores, especialmente os cursos jurídicos, representavam grande interesse do novo governo, que transmitiu ao Império aulas avulsas e dispersas, sua função era preparar os alunos para ingressar nos cursos superiores:

Às escolas fundadas por Dom João somaram-se, por lei de 11 de agosto de 1827, os cursos de Ciências Jurídicas e Sociais. Foram as duas primeiras Faculdades de Direito do Brasil, instaladas no Convento de São Francisco (São Paulo), a 1º de março de 1828, e no Mosteiro de São Bento (Olinda), a 15 de Maio do mesmo ano (PILETTI, 1997, p.45).

Somente em 1875, na capital do Império, foram instituídas duas escolas normais, uma para cada sexo transformadas em escola única em 1880, quando iniciou realmente o desenvolvimento das escolas normais no Brasil (PILETTI; PILETTI, 2002).

³ Outorgada: Consentir em; aprovar, dar conceder, conferir (mandato). Declarar em escritura pública, atribuir, imputar.

Além do ensino literário ministravam-se também matérias relacionadas à função docente. A escola mantida pelo poder do Município da capital tinha matérias na área do Direito, Economia Doméstica, Agricultura e Pedagogia.

2.3 A Educação no Período Republicano

A Primeira República (1889-1930) é o período que colocou em questão o modelo educacional herdado do Império que privilegiava a educação de elite (PILETTI; PILETTI, 2002). A educação entrou em crise na década de 1920, quando também outros setores da vida brasileira: político, econômico, cultural e social ocasionando frustração dos ideais republicanos conduzindo para a Revolução de 1930.

Com a queda da república velha, sob o impacto da revolução, houve grande transformação das relações de poder entre o governo federal e os estados; período caracterizado por progressiva centralização política, ao mesmo tempo em que foi acompanhado de muitas crises e mudanças na educação (HAIDAR; TANURI, 1998).

Em 24 de outubro de 1930, foi deposto o Presidente Washington Luís de Sousa, assumindo temporariamente o Dr. Getúlio Dornelles Vargas. Após a revolução de 1930 começou a era Vargas (1937-1945), o governo é influenciado por doutrinas totalitárias e populistas executando assim forte controle estatal, inclusive nas indústrias, e entre suas promessas estava a de zelar pelos problemas relacionados com a assistência ao trabalhador e a educação nacional (HAIDAR; TANURI, 1998).

Nesse período, construiu-se o sistema educativo brasileiro, elaborado a partir de alguns princípios básicos, inscritos nas Constituições, embora por vezes desrespeitados, mas em especial, a partir de 1934 foi estabelecida uma nova Constituição Federal que fixava o Plano Nacional de Educação, em seu art. 150 institui o “ensino primário integral gratuito e a frequência obrigatória, extensivo aos adultos”, dentre outros a partir daí, a gratuidade e a obrigatoriedade jamais deixou de estar presente na Constituição.

Criou-se o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e as Secretarias de Educação dos Estados, que procuravam alcançar três objetivos: ampliar a faixa de participação para o desenvolvimento da educação nacional,

desenvolver instrumentos para unificar; disciplinar e proporcionar a articulação e integração dos sistemas de educação e estabelecer mecanismos destinados a promover o relacionamento federal.

O ordenamento progressista alcançado em 1934, que determinava a educação como um direito de todos e obrigação dos poderes públicos foi substituído por outro, que desobrigava o Estado a manter e expandir o ensino público, por outro lado, a gratuidade de ensino, conseguida em 1934, perdeu sua defesa na Constituição de 1937 (DIAS, 2012).

Essa Constituição determinava ao Estado manter outra doutrina educacional, ou seja, os ricos proveriam seus estudos através do sistema público ou particular e os pobres, sem usufruir esse sistema, deveriam se destinar às escolas profissionais. Com isso, as classes menos favorecidas passaram a procurar o ensino profissionalizante.

De acordo com Dias (2012, p.26),

O Estado Novo durou de 1937 a 1945, e entre 1942 a 1946 foram decretadas diversas Leis Orgânicas do Ensino que se constituíram numa série de decretos-leis, chamada de Reforma Campanema; configuraram-se, assim, seis decretos-leis que ordenavam os ensinos primário, secundários, industriais, comerciais, normais e agrícolas.

Foi uma reforma elitista e conservadora, e só não incorporou toda a Constituição de 1937 porque se agravou no final do Estado Novo.

De acordo com Favarin (2010, p.01),

As Leis Orgânicas do Ensino forjaram algumas entidades a ter bastante importância nos processos de educação formal do país. Assim sendo, criaram-se o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), o Instituto Nacional do Livro, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Esses institutos propuseram ao país um sistema educacional até então inexistente.

Vale ressaltar que este período, do Estado Novo, foi uma ditadura, um regime sem funcionamento do Congresso Nacional sem partido legal, sem eleições, apenas o fortalecimento do Estado no sentido de melhor servir os interesses do capitalismo⁴ na sua política de controle das classes assalariadas (GHIRALDELLI, 2006).

⁴ Sistema econômico e social baseado na propriedade privada dos meios de produção, na organização da produção visando o lucro e empregando trabalho assalariado, e no funcionamento do sistema de preços.

Conforme exposto por Favarin (2010, p.01),

[...] a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início à vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁵, esta lei determina os fins da educação, os caminhos a serem percorridos e os meios adequados para atingi-los, enfim, regulamenta a educação escolar nacional.

Segundo Piletti e Piletti (2002), ao mesmo tempo em que prosseguia a discussão de diretrizes e bases da educação, foi desenvolvida também intensa campanha pela escola pública, educadores e outros setores da sociedade, exemplo: imprensa; sindicatos e outras categorias profissionais aliaram-se nesta defesa.

Neste sentido,

A participação popular também avançou: desenvolveu-se intensa luta no sentido de ampliar o acesso à escola pública e gratuita; difundiram-se campanhas e movimentos de educação popular, especialmente de alfabetização de adultos, entre os quais se destaca o Método Paulo Freire (PILETTI; PILETTI, 2002, p.186).

De acordo com Olegário (2008, p.21), “o Método Paulo Freire de alfabetização de adultos alcançou repercussão nacional e internacional, suas características buscam a adequar o processo educativo às características do meio”. A educação defendida por este exemplar e incomparável educador visa o despertar e o fortalecer da consciência política, do verdadeiro conhecimento da realidade e, portanto, da sua interpretação crítica.

Entretanto, com o Golpe Militar, em 1964, o programa é, sumariamente, extinto e seus organizadores acusados de subversão, são presos e exilados. Nesse período ocorreu um grande retrocesso interferindo diretamente na educação.

2.4 A Educação no período da Ditadura

Conforme exposto por Piletti (1997, p.114),

A partir de 1964, a educação brasileira, da mesma forma que os outros setores da vida nacional, passaram a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país. Reformas foram efetuadas em todos os níveis de ensino,

⁵ A primeira Lei brasileira a estabelecer as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em todos os níveis, do pré-primário ao superior, foi a Lei 4 024, de 20 de dezembro de 1961 (embora fosse promulgada apenas nesse ano, o seu projeto chegou ao Congresso Nacional ainda em 1948, onde foi discutido durante treze anos) (PILETTI; PILETTI, 2002, p.220).

impostas de cima para baixo, sem a participação dos maiores interessados – alunos, professores e outros setores da sociedade. Os resultados puderam ser constatados rapidamente, pelos elevados índices de repetência e evasão escolar, pelos professores mal remunerados, e sem motivação para trabalhar, pelas escolas com deficiência de recursos materiais e humanos, resultando em elevadas taxas de analfabetismo.

Ao mesmo tempo em que, numerosas escolas “foram invadidas pela polícia, muitos professores e estudantes foram presos e exilados e todas as escolas passaram a ser observadas por agentes dos órgãos de informações do Governo, sob o controle do Serviço Nacional de Informações (SNI)” (PILLETTI, 2003 apud MARTINS et al., 2009, p.177).

De acordo com Sanfelice (2008), em 9 de novembro de 1964, estabeleceu-se a Lei 4.464, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda (Ministro da Educação na época), que procurou acabar com o movimento estudantil, ao transformar as entidades de estudantes em órgãos dependentes do Ministério da Educação.

“A partir de 1968, há um intenso movimento de repressão, com torturas e mortes, além de desaparecimentos e suicídios” (FRASSON, 2013, p.01). No entanto, a autora ressalta que qualquer oposição ao regime se mostrava extremamente arriscada. Começava uma luta urbana dos estudantes que foi violentamente reprimida. A ditadura colocava fora da lei às organizações consideradas subversivas, como a União Nacional dos Estudantes - UNE, que, por sua vez, foi eliminada do âmbito nacional e proibida.

A história registra, no entanto, que a ex-UNE continuou a agir clandestinamente, em outubro de 1968, realizou um Congresso no Município de Ibiúna/São Paulo, onde cerca de 900 alunos foram presos e conduzidos ao Presídio de Tiradentes, tendo sido interrogados, fichados e liberados após uma semana de turbulência. A situação era explosiva e a repressão provocava radicalização do movimento estudantil que reivindicava urgente reforma universitária.

Segundo Ghiraldelli (2006), em fevereiro de 1969, foi apresentado o decreto-lei nº 477 que estendeu a repressão e o terror às redes de ensino, proibindo professores, alunos e funcionários de escolas, de tomar parte em qualquer tipo de manifestação. Este período de ditadura militar foi uma forma de Governo não exercida apenas por militares, mas também pelo pacto entre a tecnoburocracia

militar civil como a burguesia nacional e as empresas multinacionais, caracterizando-se assim como uma ditadura do capital com o braço militar.

O país encontrava-se em um momento delicado, época em que qualquer manifestação ou ato de reivindicação era considerado atentado ou crime à desordem, sendo seus manifestantes cruelmente punidos. Resultado de diversas lutas foi o aumento de número de vagas nas Universidades.

A partir deste período, o Governo Federal teve que adotar uma ampla e profunda alteração na política educacional, adotando medidas para reorganizar o ensino em todos os níveis, conforme apresenta a tabela a seguir.

TABELA 1 – Leis e decretos da política educacional e suas medidas.

LEI/DECRETO	MEDIDAS
Lei 5.537, de 21 de novembro de 1968	Criou o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), complementado pelo Decreto-Lei 872, de 15 de setembro de 1968, sua finalidade era captar recursos e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa, nos três níveis de ensino.
Decreto 63.341, de 1º de outubro de 1968	Estabeleceu critérios para a expansão do ensino superior.
Decreto-Lei 405, de 31 de dezembro de 1968	Fixou normas para o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior.
Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968	Instituiu os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média.
Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971	Fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.
Decreto 68.908, de 13 de julho de 1971	Dispôs sobre o vestibular.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A partir de 1983, por força da Lei nº 7044, de 18 de outubro de 1983, as instituições educativas ficaram livres para oferecer ou não a habilitação profissional.

2.5 A Educação na Contemporaneidade

A partir de 1985 o país teve o seu primeiro governo civil, depois da ditadura, ainda que fossem mantidos inúmeros remanescentes da fase autoritária. As emendas populares alcançaram milhões de assinaturas, numa tentativa de fazer com que o povo passasse a influir sobre os trabalhos constituintes.

Com a abertura política, os partidos marginalizados voltam à legalidade, bem como os representantes estudantis (UNE, UEE, etc.).

Instalada em 1º de fevereiro de 1987, a Assembléia Nacional Constituinte, provocou intensa articulação das entidades representativas dos diversos setores sociais, todos interessados em fazer prevalecer suas propostas no texto constitucional.

Na questão referente à escola pública e gratuidade para todos, houve por parte de seus defensores diversas discussões e intensos debates, e muitos foram os confrontos e pressões inclusive das escolas particulares, que desejavam manter o acesso às verbas públicas que a Constituição anterior lhes garantia.

Promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição brasileira é sem dúvida, o grande instrumento de cidadania e dignidade da pessoa humana, e por meio dela a educação ganha lugar de notável importância, incluindo os seguintes dispositivos educacionais:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (BRASIL, 2012).

A partir da nova Constituição, os educadores e suas entidades representativas mobilizaram-se para oferecer propostas à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, que foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, de nº 9.394, devendo englobar todos os níveis e modalidades de ensino e favorecer o avanço democrático da sociedade e da escola, ou seja, trabalhar nos moldes de igualdade e democracia para todos:

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Vale ressaltar que a universalização da educação está calçada numa concepção de que a escola é um local privilegiado de produção de conhecimentos a partir da identidade da criança, do jovem e do adulto. Neste sentido, ganha espaço fundamental para formar cidadãos que construam uma sociedade democrática apoiada na igualdade da justiça social e da educação transformadora do homem e da sociedade.

2.6 Constituição Federal de 1988: um novo olhar para a Educação Escolar Brasileira

Com a nova Constituição, criaram-se condições legais para a ampliação da educação de jovens e adultos no país e, internacionalmente, com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtien, na Tailândia. A partir da Constituição de 1988, a alfabetização e a educação dos alunos passaram a ser tratadas como parte integrante da Educação Básica.

Na Constituição, nos artigos 205 a 213, estão assegurados os direitos educativos dos brasileiros. A estruturação de todos os níveis e modalidades de ensino é estabelecida no artigo 205, além das diretrizes. A obrigatoriedade e gratuidade do Ensino Fundamental aparecem no artigo 208, embora a Emenda Constitucional 14/96 suprima a obrigatoriedade do Poder Público em oferecer serviços educacionais àqueles que não tiveram acesso à escola em idade apropriada, mantendo a gratuidade e a definição de “básico” ao Ensino Fundamental de 6 aos 14 anos (CHILANTE; NOMA, 2009).

A população atendida pela Educação de Jovens e Adultos (EJA), em sua maioria, é constituída por indivíduos que estão inseridos no mercado de trabalho, então a política educacional para a EJA é baseada no oferecimento de uma educação voltada para o trabalho, sendo a educação básica pública e gratuita focalizada em programas dirigidos “a subgrupos etários, socioculturais, áreas

geográficas e segmentos profissionais considerados prioritários” (DI PIERRO, 2000, p. 27).

A Lei 9.424/96 operacionalizou a distribuição de responsabilidades e recursos entre os estados e municípios, e criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Magistério (FUNDEF) e deixou a EJA fora dos cálculos do Fundo, impossibilitando os estados e municípios de oferecerem educação continuada à população jovem e adulta. Em 2006, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que só previa recursos para o Ensino Fundamental, trazendo o financiamento da EJA em sua forma presencial, embora a Medida Provisória 339/2006, em seu artigo 11, estabeleça o percentual máximo de dez por cento dos recursos do Fundo, para cada Estado e no Distrito Federal.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 prevê, entre a organização do sistema educacional brasileiro, que a educação de jovens e adultos se destina ao atendimento de alunos que não tiveram oportunidade de estudarem no Ensino Fundamental em idade própria, sendo objeto dos artigos 37 e 38. Com relação aos cursos do EJA, a LDB 9.394/96 define que os componentes curriculares do Ensino Fundamental e Médio devem ser seguidos nessa modalidade de ensino, onde são realizados, ao final, exames para avaliação dos conhecimentos adquiridos pelos cidadãos inseridos na EJA. A legislação da EJA, produzida nos anos 1990, gerou incoerências e ambiguidades. Então, a Câmara de Educação Básica, em 2004, passou a realizar audiências públicas para debater assuntos relacionados, culminando com a aprovação pela Câmara do Conselho Nacional de Educação do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos-EJA.

A Educação de Jovens e Adultos no que se refere à duração dos cursos, idade mínima de ingresso, certificação nos exames e ao desenvolvimento da EJA por meio da Educação a Distância (EAD).

A partir de meados de 1990, as ações do governo federal, na educação de jovens e adultos, criaram intervenções de caráter compensatório, dentre as quais se destacam: o Programa Alfabetização Solidária (PAS); o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea); o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor); o Programa Recomeço e, atualmente, o Programa Brasil Alfabetizado (DI PIERRO; GRACIANO, 2003), sendo que este passou, a partir de 2006, a destinar 71% dos seus recursos para as redes estaduais e municipais de ensino, indicando

claramente uma redução na atuação da sociedade civil no campo educativo da EJA (CHILANTE; NOMA, 2009, p.227).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) expediu a Resolução CNE/CEB nº 1, que tomou como referência o parecer CNE/CEB 11/2000, instituindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (BRASIL, 2002b). Essa Resolução apresenta 25 artigos que normatizam a educação de pessoas jovens e adultas em âmbito nacional, devendo “ser observadas na oferta da EJA, nas etapas fundamental e média, em instituições que integrem a organização da educação nacional, considerando o caráter próprio dessa modalidade de educação” (artigo 1º) (CHILANTE; NOMA, 2009, p.228).

No parecer CNE/CEB 11/2000 consta que a EJA “deveria também receber um tratamento diferenciado, ao passar a ser uma modalidade da Educação Básica, nas etapas fundamental e média, e possuir uma especificidade própria (BRASIL, 2002 apud CHILANTE; NOMA, 2009, p.228). O Parecer, ainda, refere à existência de múltiplas agências que ofertam a EJA, onde cabe à União articular as ações nesse campo educativo. Os programas federais de EJA, que foram implantados na última década do século XX e no início do século XXI seguem as orientações do Parecer CNE/CEB 11/2000, da Resolução CNE/CEB 1/2000 e do Plano Nacional de Educação.

2.7 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394)

A lei de diretrizes e bases da educação - LDB, foi um divisor de águas na história da educação, teve como base para sua elaboração, a constituição federal, e a data de sua primeira edição publicada foi 20 de dezembro de 1961, pelo presidente João Goulart (OLIVEIRA; CARDOSO, 2009).

Nesse período a elaboração da primeira lei de diretrizes e bases foi baseada em discussões entre duas equipes de trabalho as quais disputava qual seria a filosofia que serviria como base para a elaboração da LDB. Esses grupos eram formados por estadistas, liberalistas (OLIVEIRA; CARDOSO, 2009).

O Primeiro propulsor da implantação da LDB foi Clemente Mariani que, esse ministro da educação constituiu uma comissão para a elaboração do anteprojeto da LDB. E convidou os principais nomes de educadores do país que fizeram parte dessa equipe.

Para integrar a comissão, convocou os principais educadores do país. Sob a presidência de Lourenço Filho, foram constituídas três subcomissões: do ensino primário, tendo como presidente Almeida Junior e integrada por Carneiro Leão, Teixeira e Freitas, Celso Kelly e Coronel Agrícola da Câmara Lobo Bethlem; do ensino médio, com Fernando de Azevedo (presidente), Alceu Amoroso Lima, Artur Filho, Joaquim Faria Goes e Maria Junqueira Schmidt; do ensino superior, com a participação de Pedro Calmon (presidente, além de vice-presidente da comissão geral), Cesário de Andrade, Mario Paulo de Brito, padre Leonel Franca e Levi Fernandes Carneiro (SAVIANI, 2011, p.281).

A elaboração do anteprojeto da LDB pautou-se em diversas discussões que defendiam pontos de vista distintos, mas um objetivo em comum a regulamentação da educação. Os debates em torno da LDB se concentravam na organização do ensino.

Vê-se que a supremacia dos renovadores na composição da comissão geral foi flagrante. De seus 16 membros, a grande maioria integrava essa tendência pedagógica. E apenas dois, Alceu Amoroso Lima e padre Leonel Franca, representavam claramente a corrente dos educadores católicos. Essa supremacia refletiu-se, obviamente, no projeto que resultou dos trabalhos da comissão. Do ponto de vista da organização da educação nacional, a concepção dos renovadores era claramente descentralizadora. No anteprojeto da comissão, o sentido descentralizador foi incorporado de forma moderada à vista do esclarecido na Constituição e das peculiaridades da situação brasileira (SAVIANI, 2011, p. 282).

Romanelli (1986), afirma que, referente aos direitos a educação, esse documento nada mais fez que a repetição do texto constitucional, regulamentando e propondo a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário assim como a gratuidade da escola pública em seus vários níveis de ensino. Tendo que a educação seria dever do Estado. Dentro desse projeto, as universidades teriam autonomia administrativa, didática e financeira das universidades.

A elaboração desse projeto de lei teve como principal objetivo melhorias na educação, fundamentando as divisões nos fundos destinados a cada segmento da educação, assim como a melhoria nos valores destinados a investir na educação de acordo com cada fase, ensino primário, ensino fundamental e ensino médio. Comparando-os e necessidades de cada um.

[...] a LDB elevou para 12% a obrigação mínima dos recursos federais para o ensino, que a constituição de 1946 havia fixado em 10%, mantendo em 20% a obrigação de estados e distrito federal. Determinou ainda, pelo parágrafo 1º desse mesmo artigo que, com nove décimos dos recursos federais, deviam ser construídos, com parcelas iguais, três fundos, um para o ensino primário, outro para o ensino médio e o terceiro para o ensino superior. E, no parágrafo 2º, atribuiu ao CFE à tarefa de elaborar o Plano de Educação referente a cada um dos três fundos (SAVIANI, 2011, p. 285).

E ainda que,

[...] o foco foi posto nos sistemas estaduais, admitindo-se, porém, o sistema federal com caráter supletivo. Ideia também cara aos renovadores era a consideração da educação como uma questão precipuamente de caráter técnico-científico. Daí a proposta de um conselho nacional de educação como um órgão decisivo com amplas atribuições não só consultivas, mas também deliberativas. Essa determinação contida no anteprojeto da comissão foi atenuada pelas modificações introduzidas pelo ministro no projeto original, reforçando o papel de sua pasta ao reduzir o Conselho a um órgão coadjuvante do Ministério (SAVIANI, 2011, p. 282).

O anteprojeto da LDB visava a abarcar todos os ramos e níveis de educação, dessa forma foi criado também um sistema federal de educação com o objetivo de organizá-la e administrá-la nos territórios e, de forma estritamente supletiva, nos Estados; sistemas estaduais de educação, com administração e organização a cargo dos estados. Uma das questões que compunham também o anteprojeto foi à questão da fiscalização de escolas privadas a dever do poder público, e o cargo de magistério só poderia ser assumido mediante concursos compostos de provas e títulos.

Romanelli (1986) ressalta também que a elaboração do anteprojeto da LDB de 1961, foram organizadas três subcomissões, a saber: a do ensino primário, do ensino médio e do ensino superior. Após a elaboração desse anteprojeto, foi encaminhado à Câmara Federal, em novembro de 1948.

O primeiro anteprojeto elaborado pelo grupo constituído pelo ministro Clemente Mariani havia suscitado a questão da centralização ou descentralização. Acontecia que esse anteprojeto estava bem dentro do espírito da constituição. Na parte referente aos direitos à educação, ele nada mais fez do que repetir o texto constitucional e regulamentá-lo. Propunha assim a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário, bem como a gratuidade da escola pública em seus vários níveis (art. 1.º) muito mais, porém, do que isso regulamentava como deveria ser cumprida essa exigência, propondo obrigações aos responsáveis e deveres ao estado (arts. 1.º e 17) (ROMANELLI, 1986, p. 171).

O prélio para a efetivação da LDB, não foi classificada com um processo de curto prazo, pois a luta inundada de marchas e contramarchas teve duração de treze anos. A lei 4.024 foi votada em dezembro de 1961 e então a partir daí é surge à efetivação da primeira lei de diretrizes e bases da educação (ROMANELLI, 1986).

Essa longa espera pela aprovação foi decorrente as diversas avaliações e discussões, cuidando de diversos princípios que a educação deveria se organizar, visando tanto à qualidade da educação quanto a questão de princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana.

Quanto aos fins, reforçando o dispositivo constitucional, o anteprojeto ia mais longe, estipulando as condições que a escola deveria criar para que os princípios de liberdade e os ideais de solidariedade humana tivessem vigência. Aqui, a inovação consistia na fundamentação do sistema educacional em princípios democráticos de vida, claramente expressos (ROMANELLI, 1986, p. 180).

Segundo Romanelli (1986), com a promulgação da lei, muitas foram às posições tomadas, desde o otimismo exagerado por alguns a taxaçoão dessa lei como “carta da Libertação” e outros ainda a viam com atitude reservada chegando até mesmo no pessimismo extremado dos que iam contra a mesma.

Porém, conforme salienta Romanelli (1986) essa lei por si só não seria capaz de transformar de forma grandiosa a sociedade no âmbito educacional e nem tampouco regredir brutalmente a educação. A Aplicação dessa lei depende de fatores com a estrutura existente e o ritmo de progresso da sociedade com base nas reformas e integração desses fatores.

Mas, mesmo em meio a todas essas preocupações, a demora foi demasiadamente grande, e o prazo para aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB foi de treze longos anos. E, a partir de então, a preocupação era também com a entrada em vigor, que aconteceu somente um ano depois.

A Lei nº. 4.024, promulgada em 20 de dezembro de 1961, foi à primeira LDB, entrando em vigor no ano de 1962, conforme estipulado em seu último artigo: “Esta lei entrará em vigor no ano seguinte da sua publicação, revogada as disposições em contrario” (art. 120) (SAVIANI, 2011, p.282).

Segundo Romanelli (1986), jamais na história da educação brasileira um projeto foi tão moroso, fundamentando-se em diversos debates e passando por tantas alterações.

Assim que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 entrou em vigor, surgiram-se novas necessidades, e a primeira questão analisada e decidida foi à necessidade de composição de um conselho.

Na vigência da lei, a primeira providência tomada foi à instalação do Conselho federal de Educação (CFE), o que ocorreu em fevereiro de 1962. Para a composição do órgão, constou-se com a “clarividência de Anísio Teixeira”, conforme depoimento de Newton Sucupira. Também foi Anísio quem cuidou, ainda em 1962, da elaboração e homologado pelo ministro Darcy Ribeiro em 21 do mesmo mês (SAVIANI, 2011, p.282).

A implementação dessa lei, era uma oportunidade que a sociedade brasileira encontrava para organizar o sistema de ensino, mesmo que sendo somente em seu aspecto formal, foi à oportunidade do sistema educacional brasileiro formalizar-se e conseguir inserir-se num sistema geral, como requisitava as normas do momento. O desenvolvimento e a democracia estavam ligados diretamente com o desenvolvimento do ensino, não podendo reter todas as responsabilidades, mas contemplando sua parte de contribuição.

O anteprojeto não pecava pela base, estava dentro dos alicerces da constituição e refletia as mudanças pelas quais a sociedade brasileira estava passando nesse período. Mas abarcava a tentativa de solução de todos os problemas reivindicados pelos filósofos da educação.

Na avaliação de Anísio Teixeira, embora a LDB tenha deixado muito a desejar em relação às necessidades do Brasil na conjuntura de sua aprovação, ele considerou uma vitória a orientação liberal, de caráter descentralizador que prevaleceu no texto de lei. Assim, a aspiração dos renovadores, que desde a década de 1920 vinham defendendo a autonomia dos estados e diversificação e descentralização do ensino, foi consagrada na LDB. Eis aí o sentido fundamental de sua afirmação pela qual a aprovação das diretrizes e bases da educação nacional significou “meia vitória, mas vitória” (TEIXEIRA, 1962). A vitória só não foi completa em razão das concessões feitas à iniciativa privada, deixando com isso, de referendar o outro aspecto defendido pelos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional pela via da construção de um sólido sistema público de ensino (SAVIANI, 2011, p.283).

Sobre os resultados da primeira Lei de diretrizes e Bases da educação, Romanelli (1986) acrescenta que foram negativos para evolução do sistema educacional brasileiro, e os relacionados às próprias lutas, em si mesma, a que antecedeu a promulgação da lei. Estes resultados, sim, foram altamente positivos, pois revelaram entre outros aspectos, da parte dos educadores da velha geração de uma firmeza maior para finalizar a luta iniciada décadas antes.

Diante do que foi exposto neste item, pode-se concluir que o conhecimento de toda essa história, o conhecimento das dificuldades e dos percalços que a educação viveu nesse período, evidencia que as lutas para melhoria da qualidade da educação no Brasil, estão engajadas no bojo da sociedade a

décadas, e que o resultado do modelo de educação que se tem hoje, só pode se efetivar devido às diversas lutas para concretização dessa educação.

Vale ressaltar que a prioridade da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação era alcançar a obrigatoriedade da educação, que todos tivessem acesso e que se mantivessem na escola. Hoje, esse objetivo está praticamente alcançado. A escola pública é acessível e obrigatória. Porém, um novo problema que surge é a qualidade dessa educação que está sendo disponibilizada.

2.8 A Política Nacional da Educação

A educação sendo dever de todos, deixa claro a forma como ela se assume na sociedade, sendo básica para a existência humana, de forma que permite a comunicação do saber, passando a diante o conhecimento.

Martins (1994) diz que a partir da educação teremos a política educacional como instrumento para projetar a formação dos tipos de pessoas de que uma sociedade necessita. A diferença entre educação e política educacional é que a educação conduz homens e mulheres a revelar valores e capacitá-los a criá-los, sendo capaz de formular e buscar respostas, já a política educacional modela cidadãos que a sociedade necessita, canalizando para fins específicos através de matérias e conteúdos obrigatórios em sala de aula. Ambas devem caminhar juntas para garantir que o ensino formará cidadãos aptos a descobrir circunstâncias novas, pessoas de autonomia, pois o objetivo das políticas educacionais é transformar para melhor os indivíduos e a sociedade através da educação.

Como elucidado por Gadotti (1997, p.34):

O princípio que educação é dever do Estado não implica no imobilismo da população e de cada indivíduo: a educação é também dever de todos, pais, alunos, comunidade. Com essa mobilização da população em defesa do ensino público, é possível pressionar ainda mais o Estado para que cumpra o seu dever de garantir a educação pública, gratuita e de bom nível para toda a população: uma população acostumada a receber um bom serviço se mobilizará para continuar a tê-lo.

A Política Nacional de Educação surge para dar objetivo e certa direção a educação, determinando as fases desse processo e quando e como o ensino deve ser aplicado para atingir o objetivo da sociedade. Conforme exposto por Martins (1994, p.34): “Nessa perspectiva, a política educacional é responsável por

assegurar o direito à educação para todos os cidadãos”. Porém, a própria deixa claro que o motivo do surgimento de inúmeras políticas educacionais, que mesmo sendo responsável pela expansão do ensino não consegue atingir uma igualdade social. “As características regionais, econômicas e culturais de cada grupo social interferem na qualidade da educação escolar e, por conseguinte, na concretização da política educacional” (MARTINS, 1994, p.34).

A educação superior tem sido considerada uma instituição que produz conhecimentos e forma cidadãos para as práticas da vida social e econômica, em benefício da construção de nações livres e desenvolvidas.

Atualmente, no Brasil, “o ensino superior é oferecido por universidades, centros universitários, faculdades, institutos superiores e centros de educação tecnológica. Através destas instituições de ensino o cidadão pode optar por três tipos de títulos de graduação: bacharelado, licenciatura e formação tecnológica” (OLIVEIRA, 2009, p.01).

De acordo com o art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB:

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:
I - Cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;
II - De graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo;
III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização e aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;
IV - De extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Assim, houve no Brasil, um crescimento das redes privadas de ensino e das instituições de ensino a distância (EADs). Este episódio pode ser agregado ao art.45 do Capítulo IV da Nova LDB (1996): “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privada, com variados graus de abrangência ou especialização”.

Com o compromisso de levar ensino e garantir o direito de igualdade a todos os cidadãos brasileiros, o governo federal mantém projetos que facilitam o acesso de alunos e professores à educação superior e ajudam a melhorar a qualidade de ensino, são eles:

- Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior): financia a graduação na educação superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação.
- Pibid (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência): oferece bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos presenciais que se dedicam ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam a trabalhar no magistério da rede pública de ensino.
- ProUni (Programa Universidade para Todos): concede bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e de cursos sequenciais de formação específica, sempre em instituições privadas de educação superior. [...].
- Reuni (O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais): busca ampliar o acesso e a permanência na educação superior. [...].
- Promisaes (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior): pretende fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. [...] (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2015).

Porém a falta de investimentos na educação fundamental, de base é evidente o que traduz em uma educação precária que dificulta o acesso desses alunos ao ensino superior.

De acordo com a ORBIS – indicadores de sustentabilidade (2015, p.01), “os principais instrumentos de avaliação da qualidade do ensino no Brasil demonstram que existe uma enorme diferença entre o ensino público e privado”. A aprovação nas provas de ordem e as provas que medem a qualidade de ensino deixam claro que o nível do ensino na rede pública é superior ao da rede privada. O que nos leva a concluir que com o aumento de instituições e egressos no ensino superior não significa qualidade de ensino em igual escala a todos os cidadãos.

Como explícito nas Leis de ensino brasileiro, quanto pelos pesquisadores educacionais, à educação não é de responsabilidade apenas do Estado, e sim da comunidade, que deve cobrar de seus líderes e incentivar os jovens a buscar conhecimento.

2.9 Plano Nacional de Educação

As primeiras décadas do século XX, anos 10 a 30, reforçaram e ampliaram o debate sobre a educação brasileira, pleiteando, assim, uma possível reforma nacional de educação.

Este foi inserido por educadores e intelectuais que tinham em seus ideais a implantação de um novo projeto social para o Brasil e acreditavam na educação como uma das maneiras para se atingir tal intento.

Shiroma et al. (2011, p.15-16), ao abordar o tema das reformas de ensino empreendidas a partir de 1930, assinala que:

[...] os debates que políticos que se travavam no alvorecer dos anos 1930 incluíam um crescente interesse pelas questões educacionais [...] eram tempos em que se forjavam diversos projetos de construção de nacionalidade, alguns modernizantes, outros mais reacionários. Todos valorizavam o papel que a educação deveria cumprir para sua realização, coerentemente com seu horizonte ideológico.

As autoras assinalam e evidenciam a inexistência, até aquele período, de uma política nacional de educação que favorecesse a organização da educação como sistema no Brasil.

A Revolução de 1930, dadas às reivindicações, exigia medidas para que o ensino fosse pautado com seriedade no projeto de nação, tendo em vista atender as exigências de modernização que o mundo vivia e que se pretendia para o país na ocasião. Superava-se, minimamente, no que dizia respeito à educação, o déficit de políticas e diretrizes que organizassem a educação no Brasil.

O Manifesto dos Pioneiros, marco expressivo nessa época, defendia uma educação nova, marcada como direito de todos, promovida pelo poder público, gratuita e laica. Saviani (1999) afirma que os educadores do Manifesto, tendo realizado um diagnóstico da educação pública nacional, que passava pelo conflito entre o velho e o novo regime, perceberam a necessidade de criar um sistema orgânico escolar que correspondesse às exigências da modernidade e as urgências do país. Desta maneira, os esforços empreendidos resultariam em unidade e espírito de continuidade no que dizia respeito aos ideais educativos.

Em seguida aos pensadores da Escola Nova, promulgou-se em 1934, com significativa influência dos Pensadores, a Constituição que determinava vários pontos em relação à educação.

Para Cury (2006), a referida Constituição, em seu tempo de pouca vigência, até 1937, trouxe significativos avanços para educação nacional, tais como: a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, a vinculação de porcentagem dos tributos para a educação bem como a institucionalização de conselhos de educação e a possível elaboração do plano nacional de educação.

Ainda que, tendo avançado em termos de Lei, na prática o atendimento permanecia deficitário. Contudo, prosseguindo no objetivo de planejar a educação, conforme mencionado acima, a Constituição de 1934, deferiu que o Conselho Nacional de Educação, criado em 1931 e reorganizado em 36, elaborasse o plano

nacional de educação que contemplasse todos os níveis de ensino, a coordenação e fiscalização da implementação do mesmo.

O trabalho foi então realizado e apresentado para aprovação em 1937, mas não se procedeu da forma esperada, prevalecendo as Diretrizes do Estado Novo que perdurará até 1945. A concepção, em linhas gerais, de plano assumido no período de 37 a 45 foi de instrumento de controle político-ideológico aplicado pela política e finalidade educacional desenvolvidas naquele contexto.

Entre os anos de 46 a 61, trilhou-se uma trajetória de discussão sobre visões distintas entre grupos que defendiam posicionamentos nacionalistas e outros que defendiam a iniciativa privada em oposição a ingerência do Estado.

Somente após esse processo, a ideia do Plano de Educação foi retomada, ganhando lugar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961 como aplicação e investimento de recursos financeiros nos diferentes níveis de ensino. No período seguinte, compreendido de 1962 a 1985, o plano é assumido numa perspectiva racional tecnocrática, sendo vinculada a concepção de educação tecnicista vigorante no período.

A partir de 1986, o Brasil iniciou o período denominado a Nova República. Nele foi estabelecido o I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República no qual ficou estipulada a estratégia de repasse a Estados e Municípios. Cury (2006) mostra que o Brasil passou, sobretudo com a promulgação da Constituição de 1988, de um movimento de centralismo político, em que as políticas, os planejamentos e a gestão estavam concentradas no poder autoritário, para um federalismo cooperativo denominado regime de colaboração.

O mesmo autor reforça a ideia de um sistema “não mais” fundado na hierarquia ou dualismo, mas na co-divisão de competências e atribuições legislativas entre os membros da federação. Significava dizer que processos e funções antes assumidas pelo topo do governo, seriam compartilhadas com os entes federados. De tal forma, enunciava-se o reconhecimento e autonomia dos entes.

No tocante a organização da educação nacional, quando se trata de repartição e atribuições, as finalidades comuns, o sentido geral e as regras para alcançá-las estão postas na Constituição Federal. Com isso entendemos que existe no Brasil uma educação nacional e não um sistema nacional, mas, sistemas distintos que são articulados e coordenados mutuamente mediante a organização da União.

A organização, assim proposta, supõe a configuração de legislações comuns que possam regulamentar e ordenar as finalidades gerais a que se destina a educação nacional. Esse processo de articulação entre os diferentes sistemas da federação demandou a necessidade de elaborar um Plano Nacional de Educação.

Tal realidade foi expressa no art. 214 da Constituição Federal (1988) nos seguintes termos:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

O Plano Nacional de Educação, uma vez elaborado e sancionado, segundo o mesmo artigo, deveria atingir as seguintes finalidades: erradicar o analfabetismo no país, universalizar o atendimento escolar, melhorar a qualidade, formar para o trabalho, dentre outras.

Antes, porém, da elaboração do Plano Nacional da Educação, teve a edição do “Plano Decenal da Educação” (1993), fundamentado na “Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (Jomtien, 1990). O Plano Decenal não tratou da educação como um todo, mas, centrou-se na educação fundamental com ênfase na etapa da educação infantil, compreendida a pré-escola. A isso é atribuído o diferencial em relação aos demais planos.

Em meados de 1997, o Ministério da Educação (MEC) apresentou um documento denominado Plano Nacional de Educação, contendo os elementos basilares para a elaboração da Política de Educação. Dentre os elementos contidos no documento, destacam-se os seguintes: disposições legais direcionadas ao PNE, estratégias para elaboração, definição dos interlocutores no processo, metodologia do trabalho e cronograma de trabalho. Pondera-se, nos procedimentos de elaboração, a retomada do Plano Decenal de Educação para Todos como importante ou principal subsídio de elaboração do PNE.

A proposta foi submetida à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPED), que emitiu, depois de respeitada análise, parecer levando em contas os itens que formavam a proposta. Para a ANPED, o documento possuía deficiências em relação a temas caros a educação, tais como:

educação infantil, ensino médio, profissionalização dos professores, financiamento e ampliação dos recursos destinados a educação (BRASIL, 2007).

A avaliação feita pela ANPED, na ocasião, enunciava que a racionalidade financeira da época estava contida na proposta do MEC. Era necessário elaborar uma política que tivesse como fundamento a adequação aos desígnios da globalização, reduzindo os investimentos públicos, diminuindo a incidência do Estado, para captar recursos internacionais.

Entre idas e vindas, oposições e críticas, o texto do Plano Nacional da Educação foi instituído no ano de 2001 - precisamente no dia 09 de janeiro - com sérios vetos e não correspondeu a uma política educacional que visasse efetivamente à melhoria e atendesse as necessidades educacionais da população brasileira. Sobretudo, quando se percebe o enxugamento dos recursos para investimentos na educação de qualidade, atendendo assim o que está posto como princípio na Seção I do Capítulo III da Constituição Federal.

Saviani (1999) considera que este Plano correspondeu mais aos objetivos e as condições dos organismos internacionais de financiamento - por exemplo, o Banco Mundial - e a orientações ao Governo Federal, do que a viabilidade e integração das esferas do governo com vistas à resolução das lacunas e situações problemas da educação nacional. A proposta aprovada desconsiderou o que os representantes da sociedade civil haviam pautado como relevante no texto do Plano Nacional, que atenderia as aspirações da sociedade brasileira.

O Plano Nacional de Educação Lei 10.172/2001 vigoraria até o ano de 2011, seguindo a temporalidade determinada na Lei. Contudo, dadas as omissões e negligências de se realizarem os processos de avaliações e prospecções do mesmo nos tempos previstos, ignorou-se o PNE nos processos referentes à educação nacional. Pesquisas indicaram que as metas não estavam sendo atingidas nos períodos firmados pelo PNE. Sinal de que o Plano não foi levado a sério nas políticas educacionais para promover a vitalidade das instituições de ensino, transformando-se num instrumento inoperante.

O Projeto de Lei 8.035/2010 foi enviado somente ao final de 2010. Em 2011 organizou-se a comissão para analisar e emitir parecer. A partir de então, começaram as audiências públicas e seminários diversos para incidência e contribuições no texto do PNE. Dentre as inúmeras contribuições de entidades da sociedade civil ligadas diretamente à educação, registram-se as da Conferência

Nacional de Educação (CONAE). Todas tinham a intenção de que no PL 8035/2010, as aspirações reais da educação nacional, outrora refutadas no texto do PNE em vigência, estivessem contempladas no futuro.

Passados quatro anos do “vencimento” decenal do PNE 10.172/2011, sem a realização de uma avaliação mínima do que ele significou para a educação nacional, e tendo transcorrido nesse período a elaboração do novo texto, como dito acima, foi aprovado no dia 25 de junho de 2014 a Lei 13.005 que instituiu o Novo Plano Nacional de Educação.

O Brasil passou por diversas fases de transformações para acompanhar o desenvolvimento do país, e também, das mudanças mundiais. Dessa forma, concluem-se que, os Planos Nacionais de Educação estavam voltados as necessidades do Brasil de acordo com cada época, sendo assim podemos afirmar que a educação é movida pela economia.

2.10 A Educação em Tempos Neoliberais

No início do século XXI, ocorreram transformações societárias que envolveram mudanças de valores sociais e individuais assim como a influência direta dos meios de comunicação de massa em nosso país. Essas transformações acontecem mais perto do nosso dia-a-dia, na família e na escola. Essas influências, dos mais diferentes tipos, geram novas pautas de conduta na geração atual e na futura causada pela competitividade exigida pelo capital, para que se mantenham no emprego ou ocupe um lugar de destaque no mercado de trabalho (TOMMASI et al., 2000).

Segundo Gomes (1995 apud MÉSZÁROS, 2008), no contexto nacional e internacional, balizado pela globalização econômica e potencializado pela lei da competitividade, que se apóia na lógica da filosofia do capitalismo selvagem, do lucro a qualquer preço, o ter é mais importante que o ser.

Poucos negariam hoje que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados. Conseqüentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança. Mas, sem um acordo sobre esse simples fato, os caminhos dividem-se nitidamente. Pois caso não se valorize um determinado modo de reprodução da sociedade como o necessário quadro de intercambio social, serão admitidos, em nome da

reforma, apenas alguns ajustes menores em todos os âmbitos, incluindo o da educação (MÉSZÁROS, 2008, p.25).

Tratar do tema educação não é tarefa fácil, ainda mais se levarmos em conta o seu desenvolvimento histórico e sua atual localização no contexto de um mundo globalizado e extremamente afinado com a estratégia, a demanda e a competitividade da política neoliberal. Quando falamos do conjunto de fatores que envolvem a modernização da escola, a sua qualidade, a adequação de todo projeto educacional à competitividade do mercado internacional, à implementação de novas técnicas, à informática, à comunicação, à abertura da universidade frente aos financiamentos empresariais, pesquisas, produtividade, de nada valerá se não estiver interagido com seu aspecto social e econômico. Como podemos observar segundo Tommasi et al. (2000, p.99-100):

Limita-se a dar prioridade ao investimento em educação, abrindo linhas de crédito para essa finalidade, deixando que os governos, os educadores, as comunidades educativas, ou também o “mercado educativo” determinem os objetivos específicos da educação, as “tecnologias” de ensino-aprendizagem e a organização do sistema educativo. Em recente documento, o Banco “reconhece que as políticas devem ser diferentes para cada país, de acordo com a etapa de desenvolvimento educacional e econômico e com o seu contexto histórico e político”.

Do ponto de vista ideológico o neoliberalismo tornou-se a política dominante num contexto histórico onde a hegemonia do mundo se encontra sob domínio dos Estados Unidos da América (MÉSZÁROS, 2003).

Chegou ao fim o século XX, descritos pelos apologistas mais entusiasmados como o “século americano”. (...) De fato, os defensores acríticos da ordem estabelecida antecipam confidencialmente que não apenas o século XXI, mas todo o próximo milênio está destinado a se conformar às regras incontestáveis da “Pax Americana” (MÉSZÁROS, 2007, p.85).

É claro que a sustentabilidade desta hegemonia não se dá sem traumas, devido à dificuldade americana de produzir consenso em virtude da constante busca pela supremacia política e econômica (CARVALHO, 2003).

Pode-se dizer que se trata de uma ideologia que visa dar respostas à falência gestora do estado nacional, consequência da interação crescente das economias dos grandes países industrializados via o comércio e as novas tecnologias (CARVALHO, 2003).

Se olharmos para o início do século XIX, na época da ascensão da burguesia, verifica-se que o liberalismo clássico já dispunha de ideias e propostas sobre os direitos do homem. Dentre elas destaca-se o direito à educação.

Contudo, na contemporaneidade, a política neoliberal prioriza mais os direitos do homem consumidor do que as liberdades públicas e democráticas, afinal, sua concepção de liberdade é: O homem é verdadeiramente livre quando pode fazer tudo aquilo que o satisfaz de acordo com a lógica do capital (TOMMASI et al., 2000).

O neoliberalismo contesta a participação do Estado no que diz respeito à garantia dos direitos sociais. Certamente, constitui-se como uma significativa regressão do ponto de vista social e político, correspondendo a um contexto conjuntural no mundo onde o trato às questões sociais atravessa a sua maior crise. Nesse sentido, se alinha perfeitamente a sociedade administrada pelos chamados países avançados, onde o cidadão foi reduzido a uma peça de engrenagem do mercado e visto como simples consumidor (TOMMASI et al., 2000).

A política interna e externa dos países da América Latina, particularmente, o Brasil, é aplicada de forma a dar continuidade ao caráter conservador do sistema neoliberal. Existe um mecanismo que se auto-regula como parte do conjunto da economia política internacional. Isso faz com que o mercado obtenha sucesso frente às crises agudas do capital, gerando uma cadeia auto-sustentável descartando o amparo e a intervenção do Estado (TOMMASI et al., 2000).

Se no passado a estratégia do liberalismo visava o indivíduo como pano de fundo, nos dias de hoje, o neoliberalismo é alicerçado pelos objetivos do Banco Mundial, do FMI e dos grandes monopólios do capital internacional. E, a partir deste princípio, todo o resto, inclusive as tecnologias e políticas públicas voltadas ao setor educacional, são subordinadas aos interesses destas instituições. Aquele conteúdo democrático que servia de base do liberalismo clássico agregado às bandeiras de liberdade, hoje representa ao neoliberalismo a liberdade econômica do capital e de suas grandes corporações. Segundo Tommasi et al. (2000, p.76):

É comum ouvir que o Banco Mundial vem impondo políticas homogêneas para a educação, não apenas na região, mas em todo o mundo. Esta tese é plausível: as declarações do próprio Banco Mundial, a simultaneidade com que vêm sendo empreendidas as reformas educativas nos distintos países e a homogeneidade discursiva que as envolve parece confirmá-la.

Segundo Frigotto (2003), organismos internacionais (BID, BIRD, FMI, UNESCO etc.) e regionais (CEPAL, CINTERFOR) difundiram em vários países, inclusive nos de Terceiro Mundo, a “teoria” do capital humano, onde o homem se torna um investimento rentável quando lhe é exigido qualificação, treinamento e educação (conhecimento) para operar as máquinas no processo de produção, acumulação e expansão do capital, reprodução da força de trabalho e da mais-valia.

Gramsci (1982), no texto intitulado “A organização da escola e da cultura”, realiza uma crítica detalhada sobre o significado social elitista e discriminador da “multiplicação e graduação dos tipos de escola profissional”. Assim, o autor caracteriza a tendência profissionalizante como uma alteração das características da escola.

O sistema capitalista consegue ser dualista. Usa a defesa da universalização da educação, porém o que podemos perceber é que existe uma escola que prepara os filhos da classe dominante para governar, permanecer no poder e outra que prepara os filhos da classe subalterna para o mercado de trabalho em conformidade com as necessidades contextual do capital (FRIGOTTO, 2003).

Segundo Mészáros (2008), não basta apenas permitir ou facilitar o acesso à escola, é necessário que se rompa com o “*apartheid social*” existente, reestruturando a atual política educacional.

Não é preciso abastado conhecimento científico para determinar que a incidência da questão social está diretamente ligada a um contexto social amplo, e para seu enfrentamento faz-se necessária a mobilização de diferentes atores em busca de alternativas.

Por isso, o Serviço Social que antes tinha sua atuação limitada a casos extremos, nesta seara, se tornou uma necessidade reconhecida pelo Estado e pelos educadores.

Portanto, “compreender a Educação como uma política social, que tem o compromisso de garantir direitos sociais, indica também uma reformulação e/ou ampliação do conceito de Educação” (BRESSAM, 2001 apud FAUSTINO, 2010, p.02).

No capítulo a seguir, será abordada a inserção do Serviço Social na educação como instrumento de enfrentamento das questões sociais refletidas no âmbito escolar.

3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

3.1 A Educação como Espaço Socioocupacional para o Serviço Social

A educação é um direito garantido por lei. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu art. 53: “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”.

Já a Lei nº 9.39/1996 Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim dispõe:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Dessa forma, a escola deve ter como objetivo principal uma formação que vise o pleno desenvolvimento do educando. Para Libâneo et al. (2005, p.117):

A educação de qualidade é aquela mediante a qual a escola promove, para todos os domínios dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidades individuais e sociais dos alunos.

Contudo, para que se alcance a qualidade de ensino almejada é preciso traçar um direcionamento, tendo em vista os diversos fatores que vão ao encontro a esse propósito. De acordo com Schneider e Hernandorena (2012, p.26):

Sabe-se que na realidade contemporânea as escolas estão sendo perpassadas por inúmeros fatores sociais, culturais, políticos e econômicos, os quais têm influenciado diretamente a rotina escolar e o processo de ensino-aprendizagem do aluno. Nesse contexto, também se encontram alunos com inúmeras demandas, oriundas das realidades sociais vivenciadas pelas suas famílias, as quais ultrapassam as questões pedagógicas do aprender e do ensinar, tendo-se a necessidade do apoio de outros profissionais.

Assim, cada vez mais se torna necessária e eficaz a atuação de profissionais de diferentes áreas. O Serviço Social por sua vez tem buscado uma atuação interdisciplinar no campo educacional, onde possa atuar no sentido de colaborar através de um novo saber, para que as pessoas se tornem sujeitos da sua história. A interdisciplinaridade, para Fazenda (2003, p.75) não é categoria de conhecimento, mas de ação, por isso:

Entendemos por atitude interdisciplinar uma atitude ante alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos não consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo, ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo, atitude de humildade ante a limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes; atitude de desafio, desafio ante o novo, desafio em redimensionar o velho; atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas; atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível; atitude de responsabilidade, mas, sobretudo, de alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida.

Sabe-se que o que justifica a inserção do profissional de Serviço Social no espaço educacional são as diferentes expressões da questão social sobre as quais, a escola não sabe como intervir.

Sendo assim, compreende-se que a atuação do Assistente Social no contexto escolar tem por objetivo a possibilidade da contribuição para a resolutibilidade das problemáticas sociais perpassadas em âmbito educacional, as quais possam desdobrar-se em atendimentos sociais aos alunos, suas famílias ou comunidade geral, na realização de encaminhamentos, informações, orientações, elaboração e implantação de projetos de cunho educativo, dentre outros. Nessa ótica, entende-se que para atingir a criança de forma integral, é necessário intervir na sua família (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p.25).

O quadro atual demonstra que o acesso a uma educação de qualidade tem sido privilégio de uma minoria da população, contradizendo assim o que diz a constituição. De acordo com Almeida (2000, p.158) a mais grave característica dessa política,

[...] é a não universalização do acesso da população à educação escolarizada, decorrente, sobretudo, de um confronto de interesses alimentado e realimentado por uma cultura política excludente e elitizada, que não consegue incorporar a participação das massas nos ciclos de alternância do poder e desenvolvimento econômico.

A escola a partir de uma cultura organizacional, precisa ter como foco principal a ligação entre gestor, professores, coordenador, alunos, família e comunidade desenvolvendo ações contributivas para o processo de ensino/aprendizagem. Segundo Libâneo et al. (2005, p. 302):

Características organizacionais positivas eficazes para o bom funcionamento de uma escola: professores preparados, com clareza de seus objetivos e conteúdos, que planejem as aulas, cativem os alunos. Um bom clima de trabalho, em que a direção contribua para conseguir o empenho de todos, em que os professores aceitem aprender com a experiência dos colegas.

É importante salientar que as ações do Assistente Social estão ligadas também a funções organizativas, podendo desenvolver trabalhos direcionados aos profissionais da unidade de ensino.

Dessa maneira, é impossível não associar a contribuição do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar. Na medida em que esse profissional trabalha em prol da socialização das informações, no viés de direitos sociais, em que sua ação é balizada por um caráter de promoção ao exercício da cidadania, ele está colaborando para a efetivação da autonomia e emancipação da comunidade escolar, tendo como resultado o sucesso da Gestão Escolar (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p.25).

No entanto, diante dos diversos problemas que se apresentam no ambiente escolar e que tem contribuído negativamente para o desenvolvimento do sistema de ensino, é preciso ressaltar que todo empenho no sentido de promover o acesso a educação de qualidade, não é suficiente se este não estiver voltado a conhecer e intervir na realidade e necessidades de todos os envolvidos no processo de ensino. De acordo com Almeida (2012, p.7):

A presença dos assistentes sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com a ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais diversas não concluíram.

Vale salientar que o papel do Assistente social não se confunde com os dos profissionais da educação, a esse respeito Souza (2005, p.39), nos diz:

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade.

Destarte, a inserção do Assistente Social no âmbito educacional surgiu como uma prática diferenciada e complementar, criando uma interface entre as políticas educacionais e sociais.

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através do trabalho de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente (SANTOS, 2005, p.44).

Nesse contexto, vale salientar a observância dos processos condicionantes à Gestão Escolar, processos estes que estão intrinsecamente ligados ao Serviço Social, quando ambos propõem a participação da comunidade escolar na realidade educacional, a promoção da democracia, o exercício da cidadania. De acordo com o exposto, destacam-se os princípios fundamentais da profissão, dispostos no Código de Ética dos Assistentes Sociais (BRASIL, 1993, p.01):

- reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Conforme o CFESS (2001, p.23), os problemas sociais a serem combatidos na área da educação são:

- Baixo rendimento escolar;
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escola;
- Vulnerabilidade as drogas;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos.

Martins (1999, p.60) expõe os objetivos da prática profissional do Serviço Social na educação:

- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;

- Favorecer relação família-escola-comunidade, ampliando o espaço de participação destas na escola;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificamos questões sociais;
- Proporcionar a articulação entre educação e as demais políticas sociais e organização do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

A aproximação da família no contexto escolar é uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional, criando assim laços entre escola, aluno e família que resultarão num diagnóstico que contribua para o desenvolvimento de ações emancipatórias.

A respeito das atribuições do serviço social na escola, Martins (1999, p.70) pontua:

- Melhorar as condições de vida e sobrevivências das famílias e alunos;
- Favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);
- Ampliar o acervo de informações e conhecimentos, a cerca do social na comunidade escolar;
- Estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade;
- Fortalecer as ações coletivas;
- Efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;
- Maximizar a utilização dos recursos da comunidade;
- Contribuir com a formação profissional de novos Assistentes Sociais, disponibilizando campo de estágio adequado as novas exigências do perfil profissional.

Apesar da importância do tema Serviço Social na Educação e da sua relevância na contemporaneidade, há grande escassez de publicações referentes à temática abordada.

3.2 Educação e Desigualdade: Desafios para o Serviço Social

No contexto em que vivemos atualmente, marcados pelo reflexo do neoliberalismo, criado no governo FHC, existe a limitação do Estado no que se refere à área social, assim, havendo grandes artifícios que privilegiam o crescimento econômico, existindo uma descentralização de direitos sociais (MENDES et al, 2013).

Esse processo de descentralização é uma forma inviabilizadora para implementação das políticas públicas, orientada por esse sistema neoliberal, passando assim, a serem implementadas de acordo com os interesses do governo estadual ou municipal.

Diante disso, a desigualdade social tornou-se mais evidente, fazendo com que haja uma concentração de renda em cima dos serviços de necessidades básicas, como saúde e educação, que constitucionalmente são direitos de todos e dever do Estado.

Em referência a Mendes et al. (2013), diante de todos esses fatores, temos as famílias brasileiras, em sua grande maioria, sofrendo as consequências da precarização decorrente desse sistema excludente, que lhes impõe que para que tenham o mínimo de condições para garantir a sua sobrevivência e se reproduzir socialmente, terá que trabalhar o máximo de tempo possível, em dois ou até três empregos se suas condições físicas lhe possibilitarem, tendo cada vez menos tempo de acompanhar e oferecer o suporte educacional a seus filhos.

Certamente, os professores não podem ser tomados como atores únicos nesse cenário, assim, os assistentes sociais estão sendo convocados a contribuir com o processo de execução da política educacional, onde nela também está refletida a questão social, a qual é o instrumento de trabalho do assistente social, tendo em vista sua base de formação tendo seu posicionamento ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, sendo capaz de decifrar com clareza a realidade social.

Muitas vezes, o assistente social consegue compreender os problemas comportamentais dos alunos, alguns por ter a dificuldade de se ajustar de acordo com o modelo pré-estabelecido pela escola, o que faz com haja uma grande evasão escolar, refletindo na aprendizagem, ou até mesmo alunos com problemas familiares, os quais a escola não consegue identificar, e muitos casos precisam ser investigados, o que possibilita o assistente social, junto aos demais membros da escola, buscar estratégias para sanar as demandas apresentadas e trabalhar em prol da efetivação de direitos.

Mendes et al (2013) ressaltam que, o trabalho de Serviço Social na escola pode favorecer também os docentes, onde as suas condições de trabalho vão melhorar, pois muitos professores, além de ter o papel de repassar o conteúdo, passam a ter outras funções, isso de acordo com as demandas que lhes são apresentadas, como mediar um conflito entre alunos, cuidar de um aluno que foi machucado acidentalmente, faz o papel de “psicólogo”, assim havendo uma sobrecarga imensa em cima desse profissional que sozinho não consegue encontrar respostas para enfrentar esses problemas.

Para que se torne efetiva a inserção do assistente social na rede de ensino, tem-se a articulação do Projeto de Lei n.º 3.466, de 2012, que dispõe sobre a instituição do Serviço Social nas Escolas Públicas, Entidades Filantrópicas, OSCIPs e Fundações cuja atividade principal seja o provimento da educação.

De acordo com o Projeto de Lei n.º 3.466, de 2012, podemos citar como principais artigos:

Art. 1º - Todas as Escolas Públicas, Entidades Filantrópicas, OSCIPs e Fundações, cuja atividade principal seja o provimento da educação, ficam obrigadas a manterem o serviço social escolar. Parágrafo Único - Compete ao Serviço Social escolar:

I – Efetuar levantamento de natureza socioeconômica e familiar para caracterização da população escolar;

II – Elaborar e executar programas de natureza sócio-familiar, visando à prevenção da evasão escolar e a melhoria do desempenho do aluno;

III – Integrar o Serviço Social Escolar a um sistema de proteção social amplo, operando de forma articulada outros benefícios e serviços sócio assistenciais, voltados aos pais e alunos no âmbito da educação em especial, e no conjunto das demais políticas sociais, instituições privadas e organizações comunitárias locais, para atendimento de suas necessidades;

V – Realizar visitas domiciliares com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, possibilitando assisti-lo adequadamente;

VI - Participar em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência, o uso de drogas e o alcoolismo, bem como o esclarecimento sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;

Art. 2º - O Serviço Social Escolar será exercido por profissionais habilitados nos termos da Lei Federal nº 8.662, de 07 de junho de 1993, observado as seguintes condições:

§1º - Nas instituições de ensino público os profissionais de Serviço Social exercerão suas atividades em cargo público efetivo com provimento exclusivo através de concurso público;

§2º - Nas Entidades Filantrópicas, OSCIPs e Fundações, a contratação dos profissionais de Serviço Social deverá ser proporcional ao número de alunos assistidos.

O objetivo desse Projeto de Lei é tentar estabelecer a obrigatoriedade da contratação de assistentes sociais para trabalhar nos estabelecimentos de ensino público. A proposta de inserção do Serviço Social na rede de ensino atuará de forma educativa, crítica e reflexiva, voltadas para os alunos, seus familiares, avaliando a realidade da comunidade onde vivem.

Segundo Araújo et al (2011, p.01),

A questão social se faz presente no cotidiano escolar, onde o conhecimento pedagógico não consegue responder sozinho, necessitando da assessoria de um profissional como o assistente social, confirmando assim, que realmente há necessidade desse profissional na educação.

Em referência a Constituição Federal (2012), “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família”, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sabendo-se que a educação é uma política pública de direito constitucional, não deve ser garantido somente com acesso do sujeito à educação, mas havendo, sobretudo, um ensino de qualidade, promovendo a formação e o crescimento de um indivíduo crítico enquanto cidadão. Diante disso cabe ao profissional de Serviço Social, por meio de sua atuação, contribuir para que isso aconteça.

Segundo Figueiredo (2015, p.01), de acordo com a nova reorientação do trabalho elaborada pela Gerência de Serviço Social na Educação, as atribuições do assistente social na área da educação diz respeito aos seguintes itens:

- Atendimento e acompanhamento sistemático às famílias e alunos das unidades escolares, colaborando para a garantia do direito ao acesso e permanência do educando na escola;
- Elaboração de Plano de Trabalho da equipe, contemplando ações/projetos para os diferentes segmentos da comunidade escolar, considerando as especificidades do território;
- Monitoramento e acompanhamento dos educandos em situação de não frequência e evasão escolar;
- Elaboração de relatórios de sistematização do trabalho realizado, contendo análises quantitativas e qualitativas;
- Levantamento dos recursos da área de abrangência e articulação com a Rede Intersetorial;
- Realização de estudos e pesquisas que identifiquem o perfil sócio-econômico-cultural da população atendida, suas demandas, características do território, dentre outras temáticas;
- Realização de reuniões de estudos temáticos, oficinas, estudo de casos, envolvendo a equipe da RPE, professores e equipe diretora/pedagógica da unidade escolar;
- Participação nos espaços dos conselhos de políticas e direitos, fóruns, em especial das áreas da educação, assistência, criança e adolescente e saúde;
- Fortalecimento da parceria com as equipes dos Conselhos Tutelares, CRAS, CREAS e unidades de saúde para viabilizar o atendimento e acompanhamento integrado da população atendida;
- Participação semanal em reunião de supervisão, estudo de casos e planejamento.

Para Figueiredo (2015), a prática social que se constitui na educação, a qual é voltada a emancipação política, social e emocional dos sujeitos, que possibilita a construção de conhecimentos, certamente contribuirá para formar cidadãos conscientes dos seus direitos.

Sendo assim, o trabalho do profissional de Serviço Social voltado à realização deste objetivo, terá grande significância, pois colaborará para que a escola seja um espaço privilegiado, o qual vai acolher e incentivar o entendimento, reflexões e ações sobre a dimensão social.

3.3 O Serviço Social e a Função Social da Escola em Tempos de Capital Fetiche

A escola tem como uma de suas funções sociais, organizar os processos de aprendizagem dos alunos, de forma que eles possam desenvolver suas capacidades necessárias para serem cidadãos críticos, capazes de melhorar a sociedade.

A peça chave fundamental da função social da escola é garantir a possibilidade do sujeito tornar-se livre, consciente, responsável a fim de realizar sua função enquanto cidadão, mas isso não é só trabalho da escola, as demais esferas sociais também devem contribuir para essa liberdade, proporcionando ao sujeito o direito de procurar, investigar, questionar, refletir, buscando soluções para os problemas do cotidiano enquanto ser social (BRANDÃO, 2011, p.01).

Também cabe a escola trazer a inclusão social, no qual busca a aceitação das diferenças e uma responsabilização para com as necessidades dos outros, em que a sociedade compreenda essas necessidades em todos os âmbitos, sabemos que, em uma sociedade capitalista-globalizada, que reina o capital, a escola vivencia essa realidade, na mesma o individualismo é constante, a aparência é seu cartão de visita, isso vem refletir nas relações sociais.

A escola tenta fazer com que os pais se tornem sensível às questões escolares, com que eles possam beneficiar-se de uma escola educativa, desde a primeira infância de seus filhos e fazendo com que estes sejam socialmente promovidos, neste sentido venho afirmar este pensamento através de (SALLES; SILVA, 2011).

As escolas estão empenhadas em oferecer um plano de ensino melhor, buscam os melhores docentes, mas ainda assim encontram problemas no ensino o que eles esquecem é que a escola é um espaço de socialização e esta dificuldade pode estar ligada a promoção da convivência entre o social e a aparência.

Analisando a função social da escola, pode chegar a uma conclusão, que hoje, situa-se entre a tradição e a modernidade, onde o acesso às informações e o conhecimento e a falta de condições de estudos em locais

onde sobrevivem a classe pobre é de certa forma um atraso no processo de desenvolvimento sócio cognitivo dos cidadãos (BRANDÃO, 2011, p.01).

É importante também que a escola tenha uma gestão democrática, com a participação da Associação de Pais e Mestres, do conselho de classe, grêmio estudantil etc. Todas que fazem parte devem contribuir para que sejam alcançados os objetivos, pois a educação não se faz apenas no âmbito escolar, mas também se faz em diferentes locais onde há relações sociais, estamos em constante aprendizado.

A ação educativa tem por finalidade a humanização do homem através da identificação dos elementos culturais acumulados historicamente. A escola cabe selecionar e identificar dentre esses elementos, os necessários e indispensáveis a serem transmitidos e, conseqüentemente, assimilados. A descoberta das formas adequadas a esse trabalho, a organização dos meios, conteúdos, espaço, tempo e procedimentos são de responsabilidade do currículo escolar que deve estar contido no projeto pedagógico elaborado com base na realidade (RAMOS et al., 2012, p.04).

Para que a escola possa desempenhar seu papel social, ela precisa de espaço de sociabilidade onde se possibilite construir e socializar o conhecimento produzido, ou seja, caracterizada pelas relações estabelecidas com outros grupos sociais, assim poderemos problematizar a função da escola que temos na tentativa de construir uma escola mais democrática.

Quando o educador pensa a educação, ele acredita que, entre homens, ela é o que dá forma e polimento. Mas ao fazer isso na prática, tanto pode ser a mão do artista que guia e ajuda o barro a que se transforme, quanto à forma que iguala e deforma (BRANDÃO, 2011, p.02).

Nota-se que não dá para fazer da escola um modelo único. É preciso respeitar a realidade em que esta inserida, seus aspectos culturais e sociais, trabalhando conforme suas necessidades.

Dessa forma, a função da escola pode ser entendida também como um mecanismo de socialização e de inserção social levando o sujeito ao caminho para construção de sua consciência crítica e da ética. A escola não deve ser tão somente usada para cumprir funções ou realizar papéis sociais, mas para difundir e exercitar a capacidade de reflexão, de criticidade e de trabalho não alienado do sujeito na sociedade, para que ele venha desenvolver integralmente sua personalidade enquanto cidadão, tornando-se mais pensante e crítico para que, possa saber até onde pode ir com suas próprias "pernas" (BRANDÃO, 2011, p.01).

A escola deve ser vista como expansão do lar. Com a missão de ensinar, formar, informar e construir uma sociedade mais solidária, justa e humana, ela é a esperança e certeza de dias melhores. A escola é um espaço, onde as famílias vêm como um local onde seus filhos irão aprender crescer, evoluir e adquirir capacidades para enfrentar a vida.

Diante disso, pode-se dizer que a função social da escola esta além de passar conteúdo, esta relacionada diretamente na transformação dos indivíduos em futuros cidadãos. O professor deve relacionar-se bem com as famílias, ser conhecedor das dificuldades existentes dentro e fora da sala de aula, deve ser próximo de seus alunos e consciente das deficiências no ensino.

Nesta realidade, conclui-se que, mesmo com os grandes problemas encontrados pela escola, esta ainda é vista pelos alunos como a grande responsável pelo seu crescimento enquanto pessoa, e que apesar da violência que cerca esse ambiente, muitos não aprovam certos comportamentos e acreditam que a escola é o melhor caminho para se chegar a um futuro melhor.

De acordo com Moreira (2008, p.84):

O Serviço Social pode e deve contribuir na prevenção dos maus resultados e cabe aos Professores juntamente com o Serviço Social a socialização de seus educandos na garantia de seus direitos expressos na Constituição Federal de 1988, na Política Nacional de Educação, na Lei de Diretrizes e Bases, no Plano Nacional de Educação e na Política da Assistência Social. Porém, sabemos que a função do Professor é a escolarização de mais de 30 alunos, que dificulta um relacionamento mais “aberto”, em que ele perceba e conheça a raiz da dificuldade do educando, seja ela, no processo ensino-aprendizado ou pessoal-familiar.

Diante deste contexto, o serviço social vem a garantir como política pública o direito dos alunos a uma educação de qualidade, no qual a família estará mais participativa e estando o profissional apto para atuar intervindo propositivamente nessa realidade poderá junto com os professores criar um plano de ação que vise à melhoria do ambiente escolar.

3.4 A Materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social na área da Educação

O projeto ético-político do Serviço Social é “compreendido como um conjunto de valores e concepções ético-políticas que direcionam a prática do assistente social” (NETTO, 1999 apud RAIMUNDO et al, 2015, p.06). Identifica-se

como coletivo, de modo a abranger “toda a categoria, induzindo às finalidades, como um projeto profissional que apresenta a profissão na sociedade de acordo com seus princípios, valores, objetivos e funções, que respaldam o trabalho do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais, tanto públicos como privado” (RAIMUNDO et al, 2015, p.06). Tem como base a transformação. É através dele que o Serviço Social tem a sua imagem.

Esse projeto foi construído no contexto histórico de transição dos anos 1970 aos 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional, presente no Serviço Social da época (RAIMUNDO et al, 2015).

Constata-se o seu amadurecimento na década de 90, alcançando assim, três décadas de formulação teórica, período de profundas transformações societárias, que afetam a produção, a política, a economia, a cultura, o trabalho, marcados pelo neoliberalismo. Assim, o projeto apresenta seu fundamento tanto no legado marxiano como na tradição marxista, pois, o pensar de Marx é o que define a prática emancipatória do Serviço Social. Assume como norte três dimensões: Teórico-metodológica (fundamento de análise da realidade na sociedade), técnico-operativa (instrumento utilizado pela categoria junto à população) e ético-política (relações contraditórias de poder e forças sociais na sociedade capitalista), assim como podemos explicitar nas palavras de Yamamoto (2011, p.184): "a dimensão política acompanha as iniciativas de redimensionamento da profissão desde a reconceituação, comumente denominado na década de oitenta, como projeto político profissional".

Quanto às principais características do projeto profissional, José Paulo Netto (1999, p.85) nos traz uma importante colaboração, ao mencionar:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários dos seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

Prossegue Netto (1999, p.104-105) mencionando que,

Por estar vinculado a um novo projeto societário, sem dominação ou exploração de classe, etnia e gênero, o projeto ético-político do Serviço

Social defende a liberdade como valor ético central, o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

O projeto ético-político também reúne um conjunto de leis e regulamentações para o exercício do assistente social, que são: O novo Código de Ética Profissional, a nova Lei de Regulamentação da Profissão, as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Serviço Social e as legislações sociais que envolvem o Serviço Social e se vinculam na garantia de direitos.

De acordo com Moreira (2009), a implantação do Serviço Social na área da Educação, de acordo com o Projeto Ético-Político Profissional e suas respectivas atividades trabalhará com as expressões da questão social e contemplará os alunos, sua família, a comunidade, como também, os profissionais da escola, na ampliação do processo educacional que visa tanto à permanência dos educandos na escola como a efetiva participação da família nesse cenário. Penatti et al. (2007, p.77) reforçam que:

Os assistentes sociais são formados para trabalhar nas mais variadas expressões cotidianas do indivíduo: no trabalho, na família, na saúde, na Educação, na assistência social, na habitação, com questões relativas à drogadição/alcoolismo, sexualidade, desemprego/subemprego, desestruturação familiar, violência nas mais diversas manifestações, entre outras. É esse profissional que no espaço escolar (agentes educadores, Professores, família, alunos e comunidade) poderia – e deveria – medir as situações vividas com os demais atores da sociedade na busca do objetivo educacional brasileiro.

Sendo assim, o Serviço Social fortalecerá as redes de sociabilidade e de acesso aos serviços sociais na busca da efetivação dos direitos sociais de cada cidadão estreitando os laços existentes entre a Política Educacional e a Política Social.

De acordo com Martins (2000, p.255-256), a prática profissional do Assistente Social na área da Educação terá que,

- Melhorar as condições de vida das famílias, facilitando o acesso aos serviços prestados pelas demais políticas sociais, especialmente a saúde e assistência social;
- favorecer a abertura de canais de participação dos sujeitos (principalmente as famílias) nos processos decisórios da escola, estimulando o aprendizado e a vivência do processo democrático;
- Ampliar o acervo de informações e conhecimentos acerca do social e da comunidade escolar, assessorando-a quando necessário;
- viabilizar ações socioeducativas com as famílias;
- Decodificar o contexto social onde a escola está inserida, organizando diagnóstico social a ser utilizado na elaboração do projeto sócio-pedagógico da escola;

- Articular parcerias com organizações não governamentais, universidades e empresas, visando atender as demandas da escola, entre outros.

A implantação do Serviço Social Escolar, em face às atribuições atinentes a atividade profissional respectiva, estabelecida pelo artigo 4º e 5º da Lei 8.662/93, “propiciará não só diagnosticar mais propor resoluções e alternativas a problemática social vivida por muitas crianças e adolescentes, evitando a evasão escolar, o baixo rendimento escolar e outras causas decorrentes das desigualdades e carências vividas pelo educando”.

Trará, de outra sorte, benefícios para os alunos da rede pública, sobretudo para aqueles oriundos de famílias com maiores dificuldades econômicas, possibilitando e orientando ao acesso aos serviços sociais e assistenciais, através de programas e encaminhamentos efetuadas pelo profissional competente (CFESS, 2001, p. 25).

Além dessas competências do Serviço Social, o profissional também deverá ter um compromisso com sua competência profissional através do aprimoramento intelectual contínuo e o comprometimento com a qualidade de serviços prestados à população e aos profissionais que integram a equipe interdisciplinar, propiciando a participação de ambos nos processos decisórios da escola. Para Martins (2007, p. 135),

O papel educativo do Assistente Social é no sentido de elucidar, desvelar a realidade social em todos os seus meandros, socializando informações que possibilitem à população ter uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social visando à conquista dos direitos sociais. A partir de todo o contexto abordado fica claramente explícito que toda prática profissional do Assistente Social deve estar de acordo com o Projeto Ético-Político Profissional e com a Educação. Só assim o Serviço Social contribuirá com a função social da escola e construirá seu espaço de intervenção nas relações sociais estabelecidas no seu interior e na comunidade onde a mesma se insere.

“É nesse espaço de conflito e com este sentido, que o Assistente Social atua na gestão das políticas sociais e esclarece a população sobre seus direitos sociais e meios de ter acesso aos mesmos” (AZEVEDO; SARMENTO, 2007, p. 86).

No próximo capítulo, será abordada a realidade empírica do Serviço Social no campo educacional, através da contextualização dos campos de pesquisa, da prática profissional realizada no município de Presidente Prudente.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

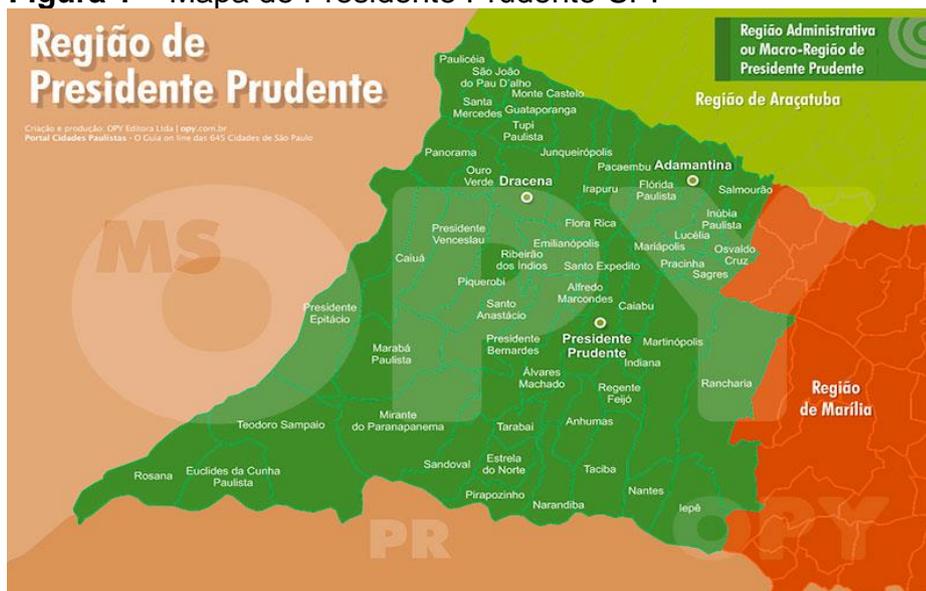
Neste capítulo são apresentados e analisados os resultados obtidos a partir da coleta de dados realizada na pesquisa de campo. Inicialmente é exposto um breve histórico do Município de Presidente Prudente/SP. Em seguida, apresentam-se os procedimentos metodológicos utilizados na consecução desta pesquisa que resultou na análise e discussão dos resultados apresentados no item 4.3.

4.1 O Município de Presidente Prudente

Presidente Prudente foi emancipado de Conceição de Monte Alegre (hoje Paraguaçu Paulista) na década de 1910. Seu nome é uma referência ao ex-presidente brasileiro Prudente de Morais (Itu, 4 de outubro de 1841 — Piracicaba, 13 de dezembro de 1902), que foi um advogado e político brasileiro, tornando-se o primeiro governador paulista (1889-1890).

O município situa-se no extremo oeste do Estado de São Paulo, sendo capital da 10ª Região Administrativa do Estado e fazendo fronteira com o norte do Estado do Paraná e com o sul do Estado do Mato Grosso do Sul.

Figura 1 – Mapa de Presidente Prudente-SP.

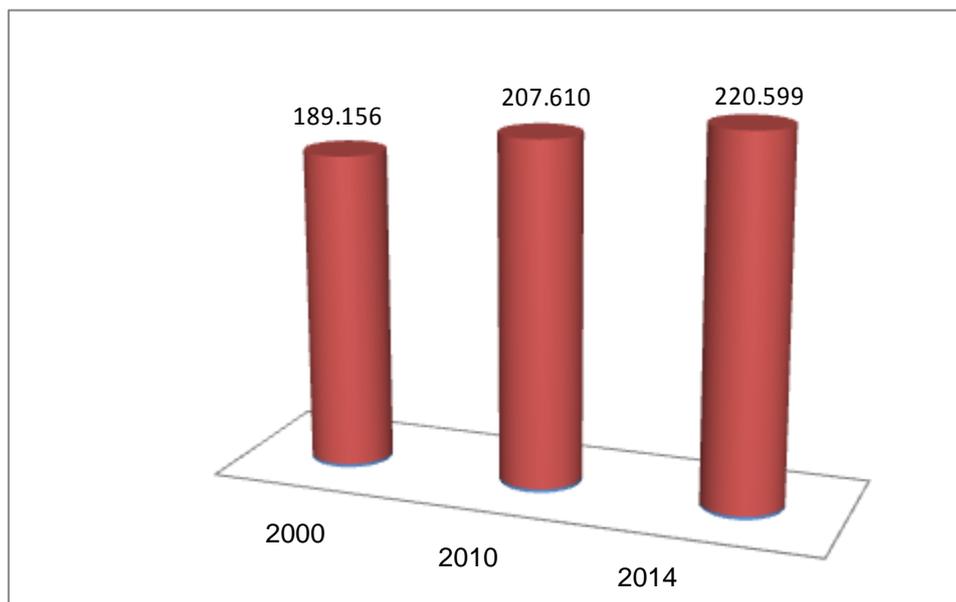


Fonte: Google maps (2015).

Presidente Prudente pertence à mesorregião e microrregião homônimas, distante cerca de 560 km da capital paulista, conta atualmente com

uma população estimada em torno de 220.599 habitantes (IBGE, 2014), abrangendo uma área de aproximadamente 562,107 km².

Figura 2 – Evolução da população no município.



Fonte: Elaborado pelas autoras por meio dos dados do IBGE.

Atualmente, Presidente Prudente é considerada um dos principais pólos industriais, culturais e de serviços do Oeste de São Paulo e, pela sua dimensão passou a ser denominada de "Capital do Oeste Paulista".

Segundo dados do Censo 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Presidente Prudente é considerado alto pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu valor no ano de 2010 era de 0,806, sendo o décimo terceiro maior do estado, à frente da capital, São Paulo, que aparece na décima quarta posição. No ano de 2007, considerando apenas a educação, o valor do índice é de 0,882. O índice da saúde é de 0,848 e o de renda é de 0,767. A cidade possui a maioria dos indicadores elevados e todos acima da média nacional segundo o PNUD. A renda é de 14.652,00 reais (*per capita*).

O coeficiente de Gini, que mede a desigualdade social é de 0,46, sendo que 1,00 é o pior número e 0,00 é o melhor. A incidência da pobreza, medida pelo IBGE, é de 14,47%, o limite inferior da incidência de pobreza é de 10,10%, o superior é de 18,85% e a incidência da pobreza subjetiva é de 10,84%.

4.2 Metodologia

Para que uma pesquisa científica seja configurada como tal e atinja seus objetivos aos quais se propôs a realizar, torna-se imprescindível definir sua metodologia, inclusive elucidar de maneira coerente e organizada, seus métodos, procedimentos e técnicas de pesquisa utilizada no decorrer do trabalho.

A esse respeito, Marconi e Lakatos (2006, p. 223, grifo do autor) asseveram que “A especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões como? com quê?, onde?, quanto?”. Nesta perspectiva, nota-se que os aspectos metodológicos tornam explícitos os procedimentos necessários para validar uma pesquisa científica, isto é, indicam as etapas, os meios e as formas como são alcançados seus objetivos.

Logo, em razão do estudo proposto ter objetivado conhecer quais os desafios enfrentados na contemporaneidade pelo Serviço Social no sistema educacional, apoiou-se na abordagem qualitativa, que de acordo com Rampazzo (2004, p. 58), “busca uma compreensão particular daquilo que estuda: o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados”. Neste sentido, a abordagem qualitativa tem como propósito estudar um fenômeno em profundidade por meio de análises, interpretações e descrições subjetivas de cada situação.

Neste sentido, este trabalho foi realizado em duas fases. Na primeira fase realizou-se a pesquisa bibliográfica no qual buscou fundamentação teórico-metodológica em literatura compatível ao tema abordado, justo que a pesquisa bibliográfica tem como objetivo conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um assunto específico, a fim de proporcionar e ampliar os conhecimentos, auxiliando na elaboração e fundamentação de hipóteses visando à resolução de um problema.

A pesquisa bibliográfica para Lakatos e Marconi (2006), pode ser considerada o primeiro passo de toda pesquisa científica, pois, tanto a bibliográfica, quanto à científica — ambas observações diretas, exigem um levantamento de estudo da questão a ser analisada. No entendimento de Fachin (2001, p. 125), este tipo de pesquisa refere-se,

Ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Tem como base fundamental conduzir o leitor a determinado assunto e a produção,

coleção, armazenamento, reprodução, utilização e comunicação das informações coletadas para o desempenho da pesquisa. [...] A pesquisa bibliográfica é a base para as demais pesquisas e pode-se dizer que é uma constante na vida de quem se propõe a estudar.

Segundo Vergara (2007, p. 48), a pesquisa bibliográfica “é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Köche (2009, p. 122, grifo do autor) traz os seguintes esclarecimentos sobre esse tipo de pesquisa,

A pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres. Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação. O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.

Fundamentando-se nos argumentos expostos pelo autor, na primeira fase esta pesquisa se ateve a referências teóricas constituídas principalmente de livros, artigos científicos, periódicos, dissertações de mestrado e endereços especializados na internet, que asseguraram ao pesquisador, condições de obter e analisar informações, descobrir incoerências e contradições na literatura, como também, proporcionaram maior reflexão e conhecimento acerca do estudo.

Para atender ao objetivo proposto pelo presente estudo, na segunda fase, foi realizada uma pesquisa de campo, na Secretaria Municipal de Educação – SEDUC, por meio de uma entrevista realizada no mês de julho de 2015, com a equipe do Setor de Ações Complementares a Educação – SACE que conta com seis assistentes sociais, uma psicóloga e uma educadora de saúde. A entrevista teve um tempo de duração de aproximadamente três horas.

A entrevista foi realizada através de um questionário⁶ estruturado, sendo esse definido por Marconi e Lakatos (2006, p.203) como,

[...] um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Em geral, o pesquisador envia o questionário ao informante, [...] depois de preenchido, o pesquisado devolve-o do mesmo modo.

⁶ O questionário encontra-se no apêndice 1.

Feitas essas considerações, apreende-se que o questionário é uma fonte comum de coleta de dados, visto que possibilita um retorno pertinente do que deseja o pesquisador.

É impreterível salientar, que mediante a natureza impessoal desse instrumento, ao respondê-los, os sujeitos da pesquisa não foram identificados em razão de proporcionar maior liberdade e segurança nas respostas, os resultados são apresentados a seguir.

4.3 Análise dos dados

Cada vez mais o Serviço Social vem se conscientizando da importância do trabalho interdisciplinar, e concomitantemente vem lutando para ganhar espaço nos locais onde já atua e vem lutando para concretizar sua inserção em diversos espaços profissionais, em destaque no espaço interdisciplinar escolar.

Diante desta realidade, neste item apresenta-se a entrevista realizada na Secretaria Municipal de Educação - SEDUC com a equipe da SACE contando com seis assistentes sociais e uma educadora de saúde, no mês de julho de 2015.

A primeira pergunta realizada às entrevistadas refere-se ao processo de municipalização das escolas. De acordo com elas, este processo aconteceu,

Através da obrigatoriedade da Lei de Diretrizes de Educação básica – LDB, onde os municípios passaram a assumir o ensino fundamental. O termo de convênio se concretizou pelo decreto nº 43.072 de 04/05/1998 do governo do Estado e no município de Presidente Prudente através da lei municipal nº 5195 de 22/12/1998, passando a vigorar no ano de 1999, onde o Estado transferiu por meio do processo “municipalização as escolas de 1º ao 4º ano para a educação municipal. Atualmente a rede então atende educação infantil de 0 a 5 anos, Ensino Fundamental ciclo 1 e Educação Jovens e Adultos – EJA ciclo 1.

Atualmente, a Secretaria Municipal de Educação conta com 62 unidades escolares, sendo 58 escolas municipais e 04 unidades filantrópicas, atendendo em torno de 17.698 alunos. Atende as modalidades de Educação Infantil de 0 a 5 anos, Ensino Fundamental ciclo I do primeiro ao quinto ano e a Educação Jovens e Adultos – EJA ciclo 1. A SEDUC atende ainda 3528 alunos no Programa Cidadescola.

No que diz respeito ao período em que o Serviço Social foi implantado na Educação, as entrevistadas mencionaram que,

A atuação dos Assistentes Sociais na Secretaria Municipal de Educação da Secretaria teve início no ano de 1991, período em que as creches municipais foram transferidas da Secretaria de Promoção e Assistência Social (SEPROM – Secretaria de Promoção Social) para a Educação, conforme exigência da Constituição Federal de 1988. Neste período os A.S. passaram a fazer parte do quadro da SEDUC. Todos os profissionais realizaram concurso público e são lotados na Secretaria Municipal de Educação. Esses profissionais compõem o setor de ações complementares a educação, criado pela Lei Municipal 6.524/06 que dispõe sobre o setor e suas atribuições.

Sob a sua forma de atuação, as entrevistadas ressaltaram que,

O Setor de Ações Complementares à Educação (SACE) conta com profissionais das seguintes áreas: Serviço Social, Psicologia Escolar e Educação em Saúde Pública.

A atuação dos Assistentes Sociais se dá no âmbito da SEDUC e nas unidades escolares da rede municipal de ensino, com o objetivo de contribuir através das especificidades das ações, na garantia da qualidade dos serviços prestados aos usuários da SEDUC, na perspectiva de uma educação inclusiva, fundamentada nos direitos humanos. Os Assistentes sociais atuam por referência das unidades escolares e cada profissional atende aproximadamente cerca de 10 a 12 escolas.

Consiste em um trabalho de assessoria, voltado para formação de profissionais da educação: gestores, professores, educadores infantis, serviços de apoio e famílias, com temas específicos na área de violência doméstica, ECA, inclusão, mobilização social pela educação, prevenção ao uso indevido de drogas, entre outros, visando à qualidade dos serviços prestados aos usuários da Secretaria Municipal de Educação, pautados nos dispositivos legais Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração de Direitos Sexuais, Marco Legal: Direito de Saúde do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Estatuto do Idoso, entre outros.

Os Assistentes Sociais no decorrer destes anos construíram uma prática própria com relação ao trabalho com famílias e na formação de educadores, através da elaboração de materiais informativos (cartilhas, boletins, panfletos, folders) que possibilitam tratar questões referentes às situações vivenciadas pelos educadores nas unidades escolares, de maneira didática, sobre temas pertinentes à atuação do Assistente Social.

Na perspectiva de ações preventivas articuladas com as demais políticas públicas e considerando a importância da intersetorialidade os especialistas da Coordenadoria de Gestão Pedagógica (SACE, Coordenação Pedagógica e Supervisão) em parceria com os profissionais que compõem a Rede de Proteção da Criança e Adolescente – CREAS/Criança e Adolescente, FCT-UNESP - Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista e Conselho Tutelar desenvolvem o Projeto de Prevenção à Violência Sexual contra crianças e adolescentes nas escolas de Ensino Fundamental de Presidente Prudente, utilizando o material pedagógico O Segredo da Tartanina.

A atuação do profissional de Serviço Social na área educacional é um campo ainda novo, que vêm enfrentando barreiras e passando pelo desafio de conquistar seu espaço. Para Cardoso e Maciel (2000, p.142 apud PIANA, 2009, p.182):

É incontestável a função educativa desempenhada pelos assistentes sociais nos diferentes espaços ocupacionais. Tal função caracteriza-se pela incidência dos efeitos das ações profissionais na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nas referidas ações, interferindo na formação de subjetividades e normas de condutas, elementos estes constitutivos de um determinado modo de vida ou cultura.

Quanto as suas principais demandas, as entrevistadas mencionaram que:

As demandas se dão no âmbito da SEDUC e das unidades escolares. Na SEDUC se dá através da formação continuada de gestores com temas específicos do assistente social (violência doméstica, trabalhos com famílias, ECA, etc.).

Já no âmbito das unidades escolares os profissionais atuam em demandas específicas como: situação de evasão escolar, violência doméstica contra crianças; maus tratos envolvendo alunos, negligência familiar; situação de uso indevido de drogas lícitas e/ou ilícitas; vulnerabilidade pessoal e social e com famílias que não cumprem sua função protetiva. A atuação se dá através de atendimentos individuais às famílias e educadores, visitas domiciliares, reuniões e encaminhamentos à recursos existentes na comunidade.

Conforme observado no relato das entrevistadas, o papel do Serviço Social no processo educacional vai muito além das demandas pedagógicas assumidas pelos profissionais da educação. A inserção do Assistente social no âmbito escolar contribui para a garantia do direito a educação como previsto na Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) dentre outras, contribuindo também para o pleno desenvolvimento da criança e adolescente para sua formação, emancipação e execução da cidadania. Assim sendo, as justificativas para a sua atuação estão fundamentadas a partir das seguintes afirmações:

Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a escola tem a competência de garantir a educação e o desenvolvimento integral do aluno, compreendendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, buscando sua formação para o exercício da cidadania, preparando o aluno para o ingresso no mundo do trabalho e participação na sociedade. Nesse sentido, o Serviço Social será de grande importância no cumprimento das determinações da LDB, contribuindo:

- No acompanhamento sistemático e efetivo das políticas governamentais de atendimento às famílias com crianças em idade escolar;
- No trabalho na perspectiva de rede, estabelecendo vínculos com a rede socioassistencial;
- No desenvolvimento de trabalho em parceria com a comunidade local, buscando, construir uma relação comunidade-escola-família (BRASIL, 2005 apud SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p.18).

Deste modo, nota-se a importância do Serviço Social no sistema Educacional que tem como objetivo primordial a efetivação do direito a educação o

enfrentamento da questão social e suas diversas expressões, que podem ser refletidas no âmbito escolar como o desinteresse pelo aprendizado, a evasão escolar, a violência, o uso de drogas, a exploração sexual, entre outras questões, que vêm dificultando o avanço e emancipação dos educandos na sociedade contemporânea.

No que concerne aos casos encaminhados ao setor do serviço social da educação, as entrevistadas verbalizam que, os casos são encaminhados pela escola através da equipe gestora: diretor, vice-diretor e orientador pedagógico. Quando o educador identifica alguma situação que possa comprometer e/ou interferir no trabalho com o aluno, esgotados todos os recursos escolares, a direção da unidade comunica o setor para conhecimento e providências. Este podendo ocorrer de forma escrita, por e-mail ou por telefone.

Além da unidade escolar, os casos podem também serem encaminhados através da Rede de Proteção tais como: Conselho Tutelar, Fórum, Ministério Público, Delegacia da Mulher, Saúde, Assistência Social e outros.

As ações desenvolvidas pelo serviço social da educação são:

- Subsidiar e definir a partir da entrevista a caracterização da população escolar, contribuindo para a construção do Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares e no perfil da população atendida pela SEDUC.
- Encaminhar providências e prestar orientação social aos gestores educacionais, educadores e famílias dos alunos atendidas pela rede municipal de ensino.
- Realizar atendimento aos usuários na SEDUC ou nas Unidades Escolares para orientação, informação e encaminhamentos as demandas apresentadas pelos mesmos.
- Realizar visitas domiciliares para conhecimento da dinâmica familiar do aluno com a finalidade de subsidiar os gestores das unidades escolares.
- Realizar cursos de formação para os profissionais da educação com temas específicos do Serviço Social como: violência doméstica e abuso sexual contra criança e adolescente, inclusão, prevenção as drogas, etc.
- Articular com as demais políticas públicas, órgãos privados, organizações não governamentais e comunitárias com vistas aos encaminhamentos das demandas apresentadas pelos usuários das unidades escolares.
- Participar dos Conselhos Municipais (Assistência Social, Idoso, Ética Racial, Anti-Drogas, Educação, dos Direitos da Criança e do Adolescente e outros).
- Elaborar materiais didáticos que visem a contribuir na formação dos educadores e demais profissionais da rede municipal de ensino.
- Participar de cursos, eventos, congressos e outros relacionados à área educacional ou específica do serviço social.

É importante salientar que as ações do Assistente Social estão ligadas as funções organizativas, podendo desenvolver trabalhos direcionadas aos

profissionais da secretaria de educação, é impossível não associar a contribuição do Assistente Social para o fortalecimento da Gestão Escolar.

Entretanto, diante dos diversos problemas que se apresentam no ambiente escolar e que tem contribuído negativamente para o desenvolvimento do sistema de ensino, é preciso ressaltar que todo empenho no sentido de promover o acesso a educação de qualidade, não é suficiente se este não estiver voltado a conhecer e intervir na realidade e necessidades de todos os envolvidos no processo de ensino. A presença dos Assistentes Sociais, sobretudo, nas escolas, tem sido tomada como a presença de um profissional que possa contribuir com uma ampliação do processo educacional em sentido amplo, ou seja, contribuindo para o acesso e a permanência das crianças e jovens na educação escolarizada, assim como para a extensão dessa convivência para outros membros da família, que por razões sociais, vários não concluíram.

Vale salientar que o papel do Assistente Social não se confunde com os dos profissionais da educação, a esse respeito Souza (2005, p.39), nos diz:

[...] Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sobre a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade.

A inserção do Assistente Social no âmbito educacional surgiu como uma prática diferenciada e complementar, criando uma interface às políticas educacionais e sociais.

Acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. E intervindo na família, através do trabalho em grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente (SANTOS, 2005, p.44).

Mediante o contexto, vale a pena salientar a observância dos processos condicionantes à gestão escolar, processos estes que estão intrinsecamente ligadas ao Serviço Social, quando ambos propõem a participação da comunidade escolar na realidade educacional, a promoção da democracia, o exercício da cidadania.

De acordo com Lopes (2005, s/p apud NEVES; GÓES, 2012, p.74),

Verifica-se que a atuação do profissional de Assistente Social nas escolas está presente nas mais variadas expressões cotidianas, tanto nas relações externas, como a família, sociedade e entre outros, quanto nas relações internas que são os diferentes conjuntos como, diretores, os docentes e alunos, entre outros que compõem o campo educacional.

No entendimento de Santos (2012, p.129),

a prática do profissional Assistente Social não está firmada sobre uma única necessidade, sua especificidade está no fato de atuar sobre várias necessidades. Assim, para que essa prática contribua no processo educacional, é preciso que seja crítica e participativa e esteja relacionada com as dimensões estruturais e conjunturais da realidade, ou seja, baseada no conhecimento da realidade em sua totalidade.

Para Almeida (2000, p.02 apud NEVES; GÓES, 2012, p.26), a prática do assistente social na escola significa:

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação as estratégias de lutar pela conquista da cidadania através da defesa dos direitos sociais das políticas sociais.

Dessa forma, ficaram evidenciadas através das ações desenvolvidas pelo serviço social, as contribuições que a profissão pode trazer para a Educação e para a sociedade em geral. E que sua inserção nas escolas é indispensável para a conquista de um ensino de qualidade e igualitário, assim como prevê as leis referentes à Educação.

Quando questionadas se existem outros profissionais que atuam no setor, as entrevistadas mencionaram que: “O Setor de Ações Complementares a Educação está vinculado ao Departamento de Coordenação e Gestão Pedagógica e conta com profissionais das áreas de serviço social, psicologia escolar e educação em saúde pública”.

Diante do exposto, verifica-se que, juntamente com outros profissionais, o Assistente Social pode contribuir com a melhoria do ambiente escolar, propondo estratégias de enfrentamento das expressões da questão social presentes nas escolas.

Nesse sentido, ressaltamos que a escola demanda de profissionais de serviço social para auxiliar os demais profissionais na prática pedagógica, pois ele é capaz de articular seu conhecimento com o trabalho dos educadores, porque ambos compartilham desafios semelhantes. Como diz Yamamoto e Carvalho (1983, p.113):

O Assistente Social, no exercício de suas atividades vinculado a organismos institucionais estatais, para-estatais ou privada, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização do funcionamento dessas entidades [...].

A atuação não se baseia somente na realidade do aluno na escola, mas da comunidade, respeitando a realidade social, cultural e econômica que vive cada educando.

Considerando que o Serviço Social trabalha diversificadas expressões da questão social, mantendo seu posicionamento político comprometido com os princípios éticos e democráticos na consolidação da cidadania e efetivação dos direitos.

Vale destacar que este profissional, busca desenvolver habilidades no processo de relacionamento e capacitar-se na compreensão de situações sob diferentes pontos de vista. Neste sentido, Abreu (2005, p.34) dizia: "a habilidade de ver e sentir um objeto ou uma situação sob diferentes pontos de vista é importante em qualquer área, pois está ligada ao exercício da criatividade". Ou seja, a criatividade é a ferramenta indispensável para efetividade da profissão.

Defende-se a necessidade da presença deste profissional, na escola, não para desenvolver ações que são papéis tradicionais dos profissionais da Educação e sim intervir no sentido de dar suporte e auxílio a escola e seus demais servidores no enfrentamento as questões sociais que integram na pauta da formação e do fazer do Assistente Social.

Salientando essa questão em relação serviço social e educação Almeida (2000, p.19 apud PIANA, 2009, p.10) diz: "durante muitos anos associação entre Serviço Social educação esteve, quase que de forma automática, relacionada ao campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho dos assistentes sociais". Ou seja, existe sim uma relação recíproca e interdisciplinar entre os assistentes sociais e educadores. E, com isso, trazendo oportunidade de uma intervenção interdisciplinar envolvendo toda escola.

Existe uma frequência da requisição do setor por parte das escolas, onde,

a unidade escolar utiliza todos os recursos para resolução das demandas que se apresentam no cotidiano. Quando a situação extrapola o âmbito da escola, os gestores solicitam aos profissionais do SACE para o atendimento, providências e/ou encaminhamentos que o caso requeira.

Sobre os desafios encontrados pelos profissionais do serviço social na área da educação, as entrevistadas destacam que,

Um dos maiores desafios encontrados é garantir que os direitos dos alunos sejam efetivados conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Outro desafio é melhorar a parceria entre família e escola.

Uma das demandas que mais se destacam hoje é o atendimento com vaga para as crianças na faixa etária de 0 a 3 anos.

De acordo com Yamamoto (2011, p.20):

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não executivo.

Quando questionadas se é possível afirmar que o Serviço Social atua ou media a relação entre a escola, a família e os alunos, as entrevistadas mencionaram que sim, pois segundo elas,

é possível afirmar que o Serviço social atua na mediação entre escola, família e comunidade em geral, em situações que extrapolam o âmbito da unidade escolar. A mediação do Assistente social possibilita uma leitura mais contextualizada acerca da realidade de seus alunos e famílias, contribuindo para que os profissionais das unidades escolares desenvolvam seu trabalho com conhecimento mais aprofundado diante das demandas que se apresentam no cotidiano escolar.

Dessa forma, segundo o entendimento de Santos (2012, p.129),

A família aparece como demanda para o Serviço Social quando ocorre algum problema ou conflito na função social, ou seja, quando esta, por certo motivo não consegue cumprir o seu papel. Neste caso, o Assistente Social pode buscar a emancipação e o autodesenvolvimento da família. Pois, a mesma é uma referência fundamental para a criança e os pais têm um papel importante na educação de seus filhos. A tarefa de orientar e cuidar da educação dos filhos não pode ficar exclusivamente a cargo de professores. Princípios, valores, respeito e ética deve vir de casa e se forma ainda na infância. O papel da família também inclui a atenção especial com a educação. Se interessar pelo desempenho dos mesmos na escola bem como a forma como eles se relacionam com as pessoas de seu convívio, e fora dele também é uma tarefa importante a ser desempenhada pelos pais; isso ajuda a ter uma percepção mais ampla sobre a formação da criança como pessoa.

O centro desta questão é entender que o Assistente Social no espaço educacional intervém a partir de uma visão universal, e na inclusão do sujeito com problemas social e no mau desempenho escolar projetando programas que desenvolva a partir de uma ação preventiva e não paliativa. Sendo ele o principal objeto de intervenção entre o núcleo familiar e a escola.

Ao se tratar da centralidade sociofamiliar na política de assistência social, é importante compreendermos que a família exerce um lugar primordial na vida do ser humano e na sua construção pessoal. É neste contexto que se faz necessária a inclusão da instituição na esfera social educacional. Ele deverá trabalhar com ações educativas e não só com soluções de problemas, entendendo que a educação se constitui em uma política social que tem como compromisso garantir os direitos sociais, podendo apresentar uma ampliação do conceito de educação saturada na sociedade atual.

Nesse sentido, para Maciel (2000, p. 144) afirma:

A função educativa dos assistentes sociais integra o amplo processo de elaboração de uma ideologia própria desenvolvido por essas classes, como elemento constitutivo de uma nova cultura. Supõe compromisso político consciente com o projeto societário das classes subalternas e competência teórica, metodológica e política para a identificação e apropriação das reais possibilidades postas pelo movimento social para o redimensionamento da prática profissional no horizonte da luta pela emancipação das referidas classes.

No que diz respeito às dificuldades encontradas em relação à materialização do PEPSS na área da educação, as entrevistadas destacaram que,

Os assistentes sociais atuam na garantia dos direitos, conforme preconiza a Constituição federal, o ECA, porém se depara com a dificuldade em relação à universalização do atendimento à demanda reprimida na Educação Infantil, principalmente na faixa etária de 0 a 3 anos.

Os profissionais atuam fundamentando suas reflexões e posicionamentos diante da realidade que se apresentam em torno na equidade e justiça social aos usuários dos serviços prestados pela política de educação. Buscam o aprimoramento de sua prática profissional, entendendo que a atuação depende de constante conhecimento e formação para o melhor desempenho de suas ações

Um aspecto importante é o compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos usuários, através da articulação com os profissionais das demais políticas públicas e também com as organizações não governamentais existentes no município, procurando assegurar o trabalho em rede.

Portanto, percebe-se que as assistentes sociais encontram dificuldades em materializar o PEPSS na área da educação em relação a vagas em creches principalmente na faixa etária de 0 a 3 anos. Sendo assim, analisamos que essa se torna uma dificuldade que não depende apenas do profissional, sendo importante considerar que sua autonomia em relação à efetivação do direito do usuário depende também da correlação de forças econômicas, política e cultural.

Em relação à construção do Plano Decenal de Educação – PNE, referente ao serviço social, as entrevistadas realçaram que “o Plano Decenal de educação não contempla nenhuma proposta em relação à atuação do serviço social na educação. Já o Plano Municipal de educação prevê em suas metas o fortalecimento dos profissionais do SACE”.

Nota-se que esta meta é muito pertinente para os assistentes sociais, pois o fortalecimento dos mesmos é de suma importância para a categoria que muitas vezes não realiza seu trabalho como deveria por falta de capacitação, por adoecimento profissional e vários outros fatores, como até mesmo poucos profissionais diante da demanda existente.

Sob quais referências legais (leis) direcionam o trabalho do assistente social na educação, as entrevistadas destacaram:

O PEPSS, o código de ética, a lei que regulamenta a profissão, as diretrizes curriculares (ABEPSS), as normativas do CFESS, cadernos do CFESS sobre Educação, bem como a legislação referente à criança e adolescente, como ECA – Estatuto da Criança e Adolescente com as devidas leis que o atualizaram, LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Declaração Universal dos Direitos da Criança e Adolescente.

No que diz respeito à forma como se percebe o rebatimento da questão social na atuação profissional, as entrevistadas afirmam que,

As expressões da questão social se manifestam no cotidiano escolar por meio de casos de violência na escola ou na própria família, situações de pobreza, envolvimento dos familiares das crianças com o uso indevido de drogas e outros. A criança quando entra na escola, ela não deixa os problemas lá fora, ela os traz consigo e os mesmos interferem no seu desenvolvimento, na sua aprendizagem. Diante desta realidade o assistente social da educação, vem contribuir com sua especificidade junto aos profissionais da escola para um olhar diferenciado, entendendo a criança em seu contexto familiar e social.

Assim, a implantação do Serviço Social na área da Educação, de acordo com o Projeto Ético-Político Profissional e suas respectivas atividades trabalhará com as expressões da questão social e contemplarão os alunos, sua família, a comunidade, como também, os profissionais da escola, na ampliação do processo educacional que visa tanto à permanência dos educandos na escola como a efetiva participação da família nesse cenário. Penatti et al. (2007, p.77) reforçam que:

Os assistentes sociais são formados para trabalhar nas mais variadas expressões cotidianas do indivíduo: no trabalho, na família, na saúde, na Educação, na assistência social, na habitação, com questões relativas à

drogadição/alcoolismo, sexualidade, desemprego/subemprego, desestruturação familiar, violência nas mais diversas manifestações, entre outras. É esse profissional que no espaço escolar (agentes educadores, Professores, família, alunos e comunidade) poderia – e deveria – medir as situações vividas com os demais atores da sociedade na busca do objetivo educacional brasileiro.

Confirmando o exposto por Penatti et al., Amaro (2012, p.102) expõe que:

O assistente social, enquanto profissional que tem a questão social como centralidade e historicamente atua em suas múltiplas e complexas manifestações, têm competência para planejar, propor, elaborar, coordenar e executar ações, projetos e programas sociais, na ampla realidade social e institucional. Nos espaços educacionais, dada sua permeabilidade às questões sociais globais e aos enfrentamentos particulares da vida social dos sujeitos que neles convivem, a importância e a necessidade do trabalho do serviço social.

Dessa forma, fica evidenciada a grande relevância que o trabalho desenvolvido na escola teve na recuperação dos vínculos familiares. Tornou-se importante, para dar visibilidade tanto à escola quanto aos responsáveis pelos educandos, de que são necessárias várias intervenções para que o desenvolvimento educacional seja mais qualificado, para crianças e adolescentes. Também se observou a importância da educação na vida dos educandos, sendo fundamental para os cidadãos a qualificação escolar e/ou profissional, fortalecendo, assim, o direito e o dever de frequentar a escola.

A intervenção do profissional assistente social possibilita que as famílias e os alunos tenham mais acesso e garantia aos seus direitos. A partir do meio escolar, as famílias podem vivenciar mudanças no meio sócio-educacional, possibilitando reflexões sobre seu cotidiano de vida.

Salienta-se que as orientações e esclarecimentos feitos pelo Serviço Social, contribuem com as famílias e sociedade em geral. Assim, torna-se visível a importância da educação na vida de cada sujeito, no que diz respeito à lei que protege as crianças e adolescentes (ECA), diminuindo a negligência das famílias para com seus filhos.

As entrevistadas foram questionadas se é possível verificar através da atuação do serviço social junto às escolas, que a rede socioassistencial possibilita o atendimento das demandas encaminhadas. De acordo com as entrevistadas,

Deveria suprir, porém não temos uma resposta imediata, é feita a articulação com os demais serviços que integram o SGDCA – o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e Adolescente, mas as respostas são lentas. Os assistentes sociais atuam articulando os recursos da comunidade e orientam a equipe escolar para estabelecer parcerias com os equipamentos sociais existentes no seu território, como: CRAS, UBS – Unidade Básica de Saúde, ESF – Estratégia de Saúde na Família, centros comunitários, a fim de encaminhar as demandas apresentadas.

Quanto a esse questionamento observamos que essa deficiência na rede sócio-assistencial trás uma dificuldade ao profissional em dar respostas profissionais sustentáveis para o sujeito atendido, e muitas vezes impedindo que haja uma transformação do sujeito devido à demora nos serviços prestados.

Sobre ter uma valorização da profissão dentro da política pública de educação, as entrevistadas disseram que sim, pois:

os profissionais de serviço social vêm conquistando esta valorização através do desenvolvimento de suas ações no âmbito da SEDUC e das unidades escolares, o que se observa com o a criação da Lei 6524/2006 dando legitimidade e reconhecendo o trabalho desses profissionais.

E continuam,

Em relação às questões salariais, na Secretaria de Educação existe um Plano de Cargos e Salários denominado estatuto do Magistério que garante a progressão funcional aos profissionais da educação que são ligados ao magistério. Os profissionais de serviço social não contam com nenhuma progressão neste sentido, uma vez que o município ainda não conta com um plano de cargos e carreiras.

Essa valorização vem sendo conquistada a cada ano que passa através dos avanços na Política de Assistência Social, considerando os desafios e as proposituras destinadas a essa Política enquanto direito do cidadão e dever do Estado.

Quanto à atuação do serviço na questão da violência dentro das escolas, atrelada também a questão da delinquência juvenil, as entrevistadas ressaltaram que,

Entendemos a questão da violência entre as crianças, como uma agressividade às vezes involuntária, parece que a violência faz parte do mundo moderno, carregado de intolerância, também expressada pelos adultos. Os adolescentes não são atendidos pela SEDUC, portanto a delinquência juvenil não é atendida diretamente pela equipe. Porém temos crianças que convivem em um ambiente de vulnerabilidade ou risco pessoal e social, onde um familiar pode estar preso, ou tem irmãos que cometeram ato infracional e cumprem medidas socioeducativas. Os profissionais de serviço social atuam em conjunto com o Psicólogo Escolar e Educador de Saúde Pública com um projeto de Prevenção à violência sexual contra

criança e adolescente nas escolas de Ensino Fundamental de Presidente Prudente, onde são abordadas as várias formas de violência, os fatores de risco, seus indicadores, com o objetivo de instrumentalizar os profissionais da Educação (Gestores Escolares, Orientadores Pedagógicos e Professores) para prevenção, identificação e encaminhamento das situações de violência sexual contra criança e adolescente da rede municipal, além das intervenções diárias junto aos gestores escolares no que se refere à importância do acolhimento às crianças e suas famílias.

Diante desta informação podemos analisar que por trás de toda violência e delinquência juvenil que há dentro das escolas, deve-se perceber a realidade vivida pelos autores desta violência, que devido a tantas mudanças na contemporaneidade tendem às vezes usar da violência como uma defesa. Portanto não podemos justificar tal comportamento e sim conscientizá-los de seus atos.

No que se refere à política pública de educação atender as expectativas geradas na população que atende (formação para a vida, para o mercado de trabalho, etc.), as entrevistadas disseram que,

As famílias de um modo geral acreditam que a escola está cumprindo seu papel. Consta no Plano Diretor das escolas a tarefa de contribuir para que o educando tenha o pleno exercício da cidadania, contudo a qualidade da escola pública deixa a desejar e não consegue competir com igualdade com as escolas particulares no que se refere ao acesso à universidade pública. A educação universalizou sua oferta de ensino, porém o grande desafio está na qualidade.

No entanto, para o processo educacional do educando seja bem-sucedido, em relação à permanência escolar e bom desempenho, é necessário que a família e a escola estejam em constante sintonia e contato, conhecendo, assim, a realidade uma da outra. Cada família idealiza para seus filhos um futuro de trabalho digno e bem-sucedido, algumas vezes não sabem ou não percebem que a escola é um meio necessário para alcance dos objetivos idealizados. É importante a dedicação de cada um, no incentivo das crianças e adolescente, ao cobrar, acompanhar e frequentar a escola com eles, deve ser posto como prioridade, pois há alunos que sentem a necessidade do acompanhamento de seus responsáveis, para sentirem-se seguros e confiantes no meio escolar.

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi o de analisar a educação como espaço de atuação para o assistente social, suas possibilidades e desafios. Para isso, foi preciso recorrer há alguns autores, a fim de estudar a história da educação e todo o processo de trabalho do Serviço Social nessa área. Através desse estudo analisou-se a necessidade e/ou importância da inserção desse profissional na área educacional.

A fim de alcançar o objetivo do trabalho, foi realizada uma pesquisa de campo na Secretaria Municipal de Educação no município de Presidente Prudente-SP, junto às assistentes sociais que atuam diretamente na política de educação, onde através de entrevista, obteve-se dados importantes para análise do exercício profissional realizado no município.

Nos resultados apresentados na pesquisa de campo observa-se que a proposta de trabalho do assistente social apresenta um compromisso com o projeto ético-político profissional, com o objetivo de ampliar e consolidar os direitos políticos, civis e sociais dos alunos e seus familiares, através da rede socioassistencial.

Sendo assim, ressaltamos que as atribuições e objetivos da prática do Serviço Social na escola, podem melhorar questões ligadas à evasão escolar, exclusão social, negligência, violência, indisciplina entre outras, pois de acordo aos autores citados no presente trabalho, os assistentes sociais são profissionais capazes de fazer um trabalho interdisciplinar na educação de forma que possa encaminhar jovens e adolescentes que estão em risco social.

Mesmo sabendo que este profissional enfrentará desafios para ser inserido nesta área, a educação passa por constantes alterações em seu sistema, exigindo cada vez mais dos profissionais ligados a essa prática e assim ressaltamos a necessidade de se traçar estratégias, que venham ao encontro a não só publicizar a profissão nesta política pública, mas apontar atribuições e competências do profissional de serviço social na referida área.

O Serviço Social é uma profissão interventiva e possui capacidade teórica- metodológico e técnica- operativo para auxiliar os demais profissionais da política de educação no que diz respeito às demandas sociais existentes na escola, as quais sabemos são multifacetadas e complexas. Assim, a abertura para a prática do profissional do serviço social na educação, irá favorecer o fortalecimento do

corpo docente, a gestão escolar, o acesso às políticas sociais, na ação socioeducativa, no fortalecimento da articulação com a rede socioassistencial, e assim colaborar na efetivação de direitos de crianças e adolescentes.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Antônio Suárez. *A Arte de Argumentar – Gerenciando Razão e Emoção*. 8. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.

ALMEIDA, Ney Luis Teixeira. **O Serviço Social na Educação**: Novas perspectivas sócio-ocupacionais. Disponível em: <http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf>. Acesso em 11 maio 2015.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação**: bases para o trabalho. Florianópolis-SC: Editora da UFSC, 2012.

ARAÚJO, Daviany Cabral de et al. **A função do Assistente Social no contexto escolar**. Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS. Gurupi, 2011. Disponível em: <<http://ava2.unitins.br/ava/files/projetoconteudo/5dda959524a3a2f154f65a5e4c2d59d9.html>>. Acesso em 11 maio 2015.

AZEVEDO, Adriana Fonseca de. SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Projeto ético político, necessidades e direitos sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 92, ano XXVIII, nov. 2007, p. 85-96.

BRANDÃO, Juliano. **Função Social da Escola nos Dias Atuais**. Maceió, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº. 10.172 de 09/01/ 2001**. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em 07 abr. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **PRADIME**: programa de apoio aos dirigentes municipais de Educação. Marcos Legais da Educação Nacional. V.2. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007.

_____. **Conferência Nacional de Educação (CONAE)**. Brasília, DF, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Lei nº. 13.005 de 25/06/2014**. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em 07 abr. 2015.

CARVALHO, José Reinaldo. **A nova realidade internacional sob o primado do Estados Unidos**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2003.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o serviço social na Educação. Brasília: 2001.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. Presença do passado no Brasil imperial: a tela Nóbrega e seus companheiros (1843). **Varia hist.**, vol.27, n.45, p.189-210, 2011.

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro; NOMA, Amélia Kimiko. Reparação da dívida social da exclusão: uma função da educação de jovens e adultos no Brasil? **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. Especial, p 225-237, maio 2009.

CURY, Carlos R. J. Federalismo Político e Educacional. In: FERREIRA, Naura S. C. **Políticas públicas e gestão da educação**: polêmicas, fundamentos e análises. Brasília: Líber Livro Editora, 2006, p.113-129.

DADALT, Jucinéia. **O Serviço Social na área da educação**. Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Graduação em Serviço Social apresentado à Universidade Paulista – UNIP. São Paulo, 2013.

DI PIERRO, Maria Clara. **As políticas públicas de educação básica de jovens e adultos no Brasil do período 1985/1999**. 2000, 314f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

DIAS, Camila Carmona. **Formação profissional e mundo do trabalho**: percepções de empresários do setor têxtil e egressos do curso técnico em vestuário – IFRS – campus Erechim. 2012, 132f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo-RS, 2012.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva. 2001.

FAVARIN, Ana Paula Schmidt. A construção de sujeitos sociais. A educação das crianças no Movimento dos Sem Terra. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, nº. 2731, 23 dez. 2010.

FAUSTINO, Micheli K. A importância do Serviço Social na mediação das demandas que mais afligem o contexto escolar. **Anais...** Fazendo Gênero 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, 23 a 26 de agosto de 2010.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FIGUEIREDO, Charles Barros de. **O trabalho do assistente social na educação**: demonstração do plano de ação na escola. Disponível em: <http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/o_trabalho_do_assistente_social_na_educacao.pdf>. Acesso em 08 maio 2015.

FRASSON, Ivonete. Reformas urgentes na educação. **Recanto das Letras**, publicado em 15 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/4087046>>. Acesso em 07 abr. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

H AidAR, Maria de Lourdes Mariotto; TANURI, Leonor Maria. A educação básica no Brasil: dos primórdios até a primeira Lei de diretrizes e Bases. In: MEMESES, João Gualberto et.al. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. São Paulo: Pioneira, 1998.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo; VIDAL, Diana Gonçalves. **Tópicos em História da Educação**. São Paulo: EDUSP, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andra. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas estrutura e organização**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

MACIEL, Lizete Shizue Bomura; SHIGUNOV NETO, Alexandre. A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 32, n. 3, p.465-476, dez./2006.

MARTINS, Clélia. **O que é política educacional**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social na área da Educação. **Revista Serviço Social e Realidade**, v.8, nº 1, UNESP, Franca-São Paulo, 1999.

_____. **Serviço Social: mediação Escola e Sociedade.** Dissertação (Mestrado) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, Franca-SP, 2000.

_____. **Educação e Serviço Social:** elo para a construção da cidadania. Dissertação (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

MARTINS, Natália Chaves et al. A evolução da educação brasileira na legislação de 1961 a 1996. **An. Sciencult**, v.1, n.2, Paranaíba, 2009.

MENDES, Deiseleny Lopes (et al). A Inserção do Serviço Social na Educação: possibilidades e desafios. **Anais...** III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Belo Horizonte, 07 a 09 jun. 2013. Disponível em: < <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/A%20INSER%C3%87%C3%83O%20DO%20SERVI%C3%87O%20SOCIAL%20%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20POSSIBILIDADES%20E%20DESAFIOS.pdf>>. Acesso em 08 maio de 2015.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI:** socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico:** o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A educação para além do capital.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA, A. C. Serviço social na educação: possibilidades e limites de intervenção profissional junto à família. **Emancipação**, Ponta Grossa, PR, v. 9, n. 2, p. 163-180, 2009.

NEVES, Layane; GÓES, Nabson. **Processos Interventivos do Serviço Social Na Educação:** um estudo preliminar do Sul do Estado da Bahia. Itabuna-BA, 2012.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Unb.Capacitação em Serviço Social e política social:** Módulo 1 - Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

NISKIER, Arnaldo. **Educação Brasileira:** 500 anos de história. 2. ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.

_____. **História da Educação Brasileira:** de José de Anchieta aos dias de hoje, 1500-2010. 3. ed. São Paulo: Europa, 2011.

OLEGÁRIO, Célia Dzin. **A comunicação e o relacionamento entre professor e aluno decorrente do uso das tecnologias educacionais.** 2008, 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (curso de Pedagogia) - Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior. Itajaí-SC, 2008.

OLINDA, Silvia Rita de Magalhães. A educação no Brasil no período colonial: um olhar sobre as origens para compreender o presente. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.29, p.153-162, jul./dez. 2003.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo; CARDOSO, João Escobar J. Considerações sobre o Ensino de Línguas no Brasil: da instituição do método direto à primeira versão da LDB. **Revista HELB**, ano 3, nº. 3, jan. 2009.

ORBIS – Indicadores de Sustentabilidade. **Diferença entre os ensinos público e privado no Brasil é grande barreira para vencer a desigualdade**. Disponível em: <<http://www.orbis.org.br/analise/8/diferenca-entre-ensinos-e-barreira-para-vencer-desigualdade>>. Acesso em 08 maio 2015.

PAIVA, José Maria. **Colonização e catequese (1549-1600)**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.

PENATTI, Maria Ferraz Costa et al. Expressões da Questão Social no Espaço Escolar do Ensino Fundamental de Americana, SP. **Revista de Ciências da Educação**, n. 16, Ano IX. Americana: UNISAL, setembro de 2007.

PETA, Sonia Mara de Araújo; PEREIRA, Vivian Leite. Serviço Social e educação: uma discussão no âmbito das políticas sociais. **Anais... VIII Encontro de Produção Científica e Tecnologia – EPCT**, 21 a 25 de outubro de 2013.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social e Educação: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 18, n. 2, p. 182-206, 2009.

PILETTI, Nelson. **História do Brasil**. 7.ed. São Paulo: Ática, 1988.

_____. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Evolução do currículo do curso secundário no Brasil. **R. Fac. Educ.**, São Paulo, 13(2), 27-72, jul./dez.1987.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e História da Educação**. 15. ed. São Paulo: Ática, 2002.

RAIMUNDO, Valdenice José et al. **O trabalho do Assistente Social na educação: Desafios atuais e o compromisso com o projeto ético-político profissional**. Disponível em: <<http://coloquio3.files.wordpress.com/2015/03/o-trabalho-do-assistente-social-na-educac3a7c3a3o.pdf>>. Acesso em 06 maio de 2015.

RAMOS, Jeannette F. Pouchain; LEITE, Adriana Antero; FILGUEIRAS FILHO, Luciano de A. Função Social da Escola: qual o lugar do pedagógico, do político e do trabalho? **Educas**, 2012. Disponível em: <<http://educas.com.br/blog/wp-content/uploads/2012/04/FUN%C3%87%C3%83O-SOCIAL-DA-ESCOLA.pdf>>. Acesso em 06 maio de 2015.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 20. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2007. (Coleção Memória da Educação).

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SALLES, Leila Maria Ferreira; SILVA, Joyce Mary Adam de Paula e. **Família e Escola: Interfaces da violência escolar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. (Coleção PROPG Digital - UNESP).

SANFELICE, José Luís. O movimento civil-militar de 1964 e os intelectuais. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 28, nº. 76, p. 357-378, dec./2008.

SANTOS, André Michel dos. **A escola como espaço de atuação para o Assistente Social: trabalhando com grupos**. Trabalho Final de Graduação – TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.

SANTOS, Nelma Souza dos. Serviço Social e Educação: contribuições do assistente social na escola. **Vivências**, v.8, n.15: p.124-134, out. 2012.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de Ensino e Planos de Educação: o âmbito dos municípios. **Educação & Sociedade**, ano XX, nº 69, 1999.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SCHNEIDER, Gláucia; HERNANDORENA, Maria do Carmo. **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. RJ: Lamparina, 2011.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Educação por Competências**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social na Educação: saberes e competências necessárias ao fazer profissional**. Natal tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2005.

TOMMASI, Livia De; WARDE, Miriam Jorge; HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2000.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília-DF: Editora Plano, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - ENTREVISTA NA SEDUC

- 1) Como se deu o processo de municipalização das escolas. Em que ano aconteceu?
- 2) Quantas escolas municipais são atendidas no município de PP? Em torno de quantos alunos? Que séries são contempladas?
- 3) Quando o Serviço Social foi implantado na Educação? Foi através de concurso público?
- 4) De que forma o Serviço Social atua na educação?
- 5) Quais as principais demandas?
- 6) De que forma os casos são encaminhados ao setor do serviço social da educação?
- 7) Quais ações são desenvolvidas pelo serviço social da educação?
- 8) Existem outros profissionais que atuam no setor?
- 9) Existe uma frequência da requisição do setor por parte das escolas?
- 10) Quais os desafios encontrados pelos profissionais do serviço social na área da educação? Qual a demanda que mais se destaca?
- 11) É possível afirmar que o serviço social atua ou media a relação entre a escola, a família e os alunos?
- 12) Quais as dificuldades encontradas em relação à materialização do PEPSS na área da educação?
- 13) Em relação à construção do Plano Decenal de educação - PNE, tem alguma proposta referente ao serviço social? Em caso positivo qual?
- 14) É possível indicar quais são os grandes desafios da escola atualmente?
- 15) Quais as referências legais (leis) que direcionam o trabalho do assistente social na educação?
- 16) De que forma se percebe o rebatimento da questão social na atuação profissional?
- 17) É possível se verificar através da atuação do serviço social junto às escolas, que a rede socioassistencial possibilita o atendimento das demandas encaminhadas?

18) É possível perceber lacunas das políticas públicas? Em caso positivo de quais políticas?

19) Existe valorização da profissão dentro da política pública de educação? De que forma ela ocorre? Em caso negativo o que poderia ser feito para essa valorização?

20) Atualmente tem-se falado muito na questão da violência dentro das escolas, atrelada também a questão da delinquência juvenil. De que forma o serviço social tem atuado com esta questão?

21) Vocês acreditam que a política pública de educação atende as expectativas geradas na população que atende? (formação para a vida, para o mercado de trabalho, etc.)?

22) Alguma outra questão que os profissionais queiram acrescentar;